



1.

m

ATA

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezanove, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Vice-Presidente da Câmara - Adelina Paula Mendes Pinto – e Vereadores Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, Alice Sofia de Freitas Soares Ferreira Fernandes, António Monteiro de Castro, Bruno Alberto Vieira Fernandes e Hugo Miguel Alves Ribeiro que substituiu a Vereadora Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, nos termos do art.º 79º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro. O Presidente da Câmara chegou mais tarde estando a sua entrada assinalada. -----

Não compareceram os Vereadores Fernando José Barros Pacheco Seara de Sá, André Guimarães Coelho Lima e Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo, cujas faltas foram consideradas justificadas. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----

A Vice-Presidente da Câmara, Vereadora Adelina Paula Pinto, informou que o Presidente da Câmara se encontrava no Centro Cultural Vila Flor na abertura do Congresso do Agrupamento de Centros de Saúde do Ave, pelo que chegaria um pouco mais tarde, pelo que se iria dar início à reunião com a apresentação de um estudo sobre a Montanha da Penha, tendo passado a palavra à Vereadora Sofia Ferreira. -----

Nesta sequência, a Vereadora Sofia Ferreira disse que iria ser apresentado, pelo Engenheiro David Fernandes, o estudo elaborado sobre a Paisagem Protegida da Montanha da Penha/Classificação de Área Protegida/Integração na Rede Nacional de Áreas Protegidas, referindo a

importância do Regulamento e do Plano de Ação, que será, oportunamente, apresentado para aprovação da Câmara e da Assembleia Municipal. -----

Pelas 10.10 horas chegou o Presidente da Câmara. -----

O Engenheiro David Fernandes fez a apresentação do estudo elaborado sobre a Montanha da Penha/Classificação de Área Protegida/Integração na Rede Nacional de Áreas Protegidas. -----

Terminada a apresentação, o Presidente da Câmara perguntou se alguém pretendia colocar questões sobre o estudo apresentado, tendo o **Vereador Bruno Fernandes** usado da palavra, solicitando que quando houvesse este tipo de apresentação fosse enviada documentação pertinente junto com a Agenda de Trabalhos, para que os vereadores tenham tempo de reflexão e então possam colocar as questões que se suscitarem. -----

Sobre esta questão, o **Presidente da Câmara** concordou que a documentação dos estudos que possam vir a ser apresentados seja antecipadamente enviada aos Vereadores, desde que tecnicamente possível. -----

-----INTERVENÇÕES-----

1. Vereador Bruno Fernandes – Congratulou-se com o anúncio da Stelia Aerospace, empresa do universo Airbus que deu a conhecer que vai investir cerca de 40 milhões de euros na construção de uma unidade industrial de construção de peças para aviões, na zona industrial da Ermida, em Santo Tirso. Referindo-se ao anúncio feito esta terça-feira pelo Governo, disse que este investimento representará a criação de mais de 400 postos de trabalho, 240 postos numa primeira fase. Disse ter ficado curioso sobre os argumentos utilizados pelo Município de Santo Tirso para fixar este projeto no seu território referindo que, após leitura do comunicado emitido por aquela autarquia, percebeu que, entre outros, existe uma aposta clara numa nova zona empresarial e o investimento nas infraestruturas e



acessibilidades, conduzindo, na sua opinião, o Município de Santo Tirso para a rota de investimentos internacionais, conferindo-lhe notoriedade. Disse que os municípios que se prepararem e se disponibilizarem para a promoção do desenvolvimento vão naturalmente colher vantagens, aproveitando para reforçar aquilo que tem sido a opinião da Coligação Juntos por Guimarães em matéria de desenvolvimento económico, numa visão distinta da que é defendida pelo Município de Guimarães. Assim, defendeu que a autarquia deve repensar a sua estratégia ao nível da promoção do desenvolvimento económico, sendo determinante que Guimarães também invista na captação de novos investimentos e não apenas no incentivo e na promoção do desenvolvimento das empresas existentes. Por último, referiu a criação de áreas de acolhimento empresarial como fator fundamental para a captação de investimentos fortíssimos, como tem acontecido também nas áreas de Braga e Famalicão e que deve ser acautelado por Guimarães. -----

Depois da intervenção do Presidente da Câmara reforçou que urge implementar áreas de acolhimento industrial, fator que está a fazer a diferença relativamente a outros municípios. No que respeita ao comércio, apontou a falta de estacionamento no centro da cidade, que se regista nos últimos 20 anos, como fator determinante para a sua fragilidade, defendendo que o investimento no turismo tem de ser acompanhado por uma atividade comercial que corresponda às suas necessidades. -----

2. Vereador António Monteiro de Castro – Referiu a importância da situação geográfica, designadamente a proximidade do Aeroporto Francisco Sá Carneiro e do Porto de Leixões, que considerou fundamental, estando os municípios vizinhos melhor localizados nesse aspeto. Assim, considerou ser muito importante que Guimarães previsse mecanismos para compensar as debilidades em termos geográficos, de modo a atrair investimentos na área

da indústria. -----

3. Presidente da Câmara – Sobre as intervenções apresentadas disse que também se congratulava com a estrutura industrial instalada em Santo Tirso, referindo que potencializa a economia local e o território. Mencionou o Instituto Cidade de Guimarães como um projeto que vai alavancar o desenvolvimento económico e contribuir para o aumento da competitividade do setor da biomedicina, estimulando, de forma geral, o emprego científico altamente qualificado e o crescimento económico a vários níveis. Referiu, ainda, toda a estrutura industrial existente no concelho de Guimarães, cujo trabalho de requalificação e ampliação está a ser promovido. Reconheceu que o Município de Guimarães tem de estar atento à captação de investimento, o que tem sido bem trabalhado pela estrutura da Câmara Municipal, embora com pouca visibilidade. Lembrando o propósito da Universidade do Minho em alargar a sua oferta formativa à Engenharia Aeroespacial, disse ter recebido na Câmara Municipal um investidor na área da aeronáutica, estando a ser concertados esforços para que seja possível disponibilizar uma área de terreno no AVEPARK para o efeito. Disse estar a ser trabalhado, no âmbito da revisão do Plano Diretor Municipal, o Parque Industrial a Sul do Concelho, com recurso a instrumentos complexos do ponto de vista da gestão do território que possibilitarão a existência de áreas até 40 000 m², recordando que as intenções de investimento são sempre trabalhadas de acordo com a envolvente ambiental. Manifestou uma grande preocupação com o comércio tradicional, referindo que a insolvência da Associação Comercial e Industrial de Guimarães demonstra que aquela atividade está débil, para o que reunirá brevemente o Conselho Consultivo para a Economia de forma a promover um debate e uma reflexão profunda com o objetivo de dar um grande impulso a essa atividade económica. -----



L.

-----ORDEM DO DIA-----

-----INFORMAÇÕES-----

1. Do ofício da Assembleia Municipal n.º 121, datado de 8 de outubro de 2019, que comunica a aprovação, em sessão realizada no passado dia 27 de setembro, das seguintes propostas: **1. Por maioria - a)** – “Estratégia Local de Habitação de Guimarães”; **b)** – “Certidão de Interesse Público Municipal - Daniel Paulo Novais de Carvalho”; **c)** – “ Pedido de Renegociação do Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais celebrado em 9 de junho de 2014 com a empresa Cantarias Badim, Lda.”; **d)** – “Pedido de Renegociação do Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais celebrado em 30 de junho de 2014 e posterior adenda datada de 11 de dezembro de 2017 com a empresa Terraplanagens Falcão, Lda.”; **e)** – “Pedido de Renegociação do Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais celebrado em 22 de abril de 2017 com a empresa Abílio Salgado Mendes, Lda.”; **f)** – “Pedido de Renegociação do Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais celebrado em 24 de fevereiro de 2017 com a empresa Velura - Têxteis Unipessoal, Lda.”; **g)** – “Pedido de Renegociação do Contrato de Benefícios Tributários Municipais celebrado em 9 de fevereiro de 2018 com a empresa ACR EUROPA - Indústria e Comércio de Produtos Químicos para uso Industrial e Doméstico, LDA.”; **h)** – “Pedido de Renegociação do Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais celebrado em 24 de outubro de 2017 com a empresa Traços Singelos, Lda.”; **i)** – “Pedido de Renegociação do Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais celebrado em 29 de março de 2017 com a empresa Guimabombas - Importação de Bombas Automedidoras, Lda.”; **j)** – “Pedido de Renegociação do Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais celebrado em 6 de junho de 2017 com a empresa Marcande - Produtos Químicos, Lda.”; **k)** – “Estrutura

Orgânica – Proposta de Alteração – Criação da Divisão de Sistemas Inteligentes e de Informação”; l) – “Recrutamento de Dirigentes - Designação de Júri”; m) – “Concessão de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros no Município de Guimarães”; n) – “Aquisição de serviços de transportes escolares de alunos do 1.º CEB - ano letivo 2019/2020 - Retificação da repartição de encargos”; o) – “Contrato Programa com a Cooperativa A Oficina – 2020”; p) – “Desafetação do domínio público de parcela de terreno situada na rua Nossa Senhora do Rosário, freguesia de Brito”; 2. **Por unanimidade** – a) – “Processo de Descentralização - Transferência de Competências nas Áreas Portuário-Marítimas e Áreas de Desenvolvimento Turístico e Económico Não Afetas à Atividade Portuária - Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de maio – Não aceitação das Competências para os anos de 2019 e 2020”; b) – “Processo de Descentralização - Transferência de Competências - Áreas Protegidas de Âmbito Nacional (Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto) - Não aceitação das Competências para o Ano de 2019”; c) – “Contratação de um Empréstimo de Longo Prazo no Montante de €12.000.000,00”; d) – “IMPACTA - Aprovação de Projeto de Regulamento”; e) – “Regulamento do Reconhecimento de Isenção de Taxas Urbanísticas no âmbito do Desenvolvimento da Atividade Agrícola e Pecuária”; f) – “CNE - Escutismo Católico Português - Certidão de Interesse Público para Observatório da Avifauna”; g) – “Concurso Público n.º 8/19 - Aquisição de Gasóleo Rodoviário a Granel - Abertura de Concurso e Aprovação da Repartição de Encargos pela Assembleia Municipal”; h) – “Associação Cybercentro de Guimarães - Projeto de Dissolução e Liquidação”; i) – “Junta de Freguesia de Caldelas – Retificação da Deliberação da Câmara Municipal de 7 de junho de 2018”; j) – “União das Freguesias de Leitões Oleiros e Figueiredo - Cedência de Autocarro”; k) – “Junta de Freguesia de Nespereira - Cedência de



1.
fu

Autocarro”; l) – “Junta de Freguesia de Guardizela - Pedido de Cedência de Autocarro”; m) – “Junta de Freguesia de Ronfe - Pedido de Cedência de Autocarro”; n) – “Junta Freguesia de Moreira de Cónegos – Deliberação de 30 de maio de 2019 - Revisão ao contrato celebrado em 10 de julho de 2019”; o) – “Junta de Freguesia de Ronfe – Subsídio – Ano de 2018”; p) – “Junta de Freguesia de Longos – Subsídio – Ano de 2018”; q) – “Junta de Freguesia de Guardizela – Obras na Rua das Fontainhas, Rua da Boavista e Rua das Cartas - Atribuição de Subsídio”; r) – “Junta de Freguesia de Ponte – Construção de passeio e conclusão da vedação no novo acesso ao Centro Escolar e aquisição de materiais para a construção de uma rede de águas pluviais na Urbanização do Campo Novo”; s) – “Junta de Freguesia de Azurém – Subsídio – Ano de 2019”; t) – “Junta de Freguesia de Nespereira - Continuidade do Projeto Social Nespereira + Vida”; u) – “União das Freguesias de Candoso Santiago e Mascotelos – Projeto de Ampliação do Cemitério - Atribuição de Subsídio”; v) – “União das Freguesias de Tabuadelo e S. Faustino – Obras na Centralidade da Freguesia - Atribuição de Subsídio”; w) – “Junta de Freguesia de Caldelas – Delegação de Competências – Ano de 2018”; x) – “Junta de Freguesia de Ronfe – Delegação de Competências – Ano de 2016”; y) – “Junta de Freguesia de Gondar – Delegação de Competências – Ano de 2018 e Subsídio – Ano de 2019”; z) – “Alteração de Trânsito na Rua de Cortinhas - Freguesia de S. Torcato.” -----

2. Da Moção aprovada pela Assembleia Municipal em sessão de 27 de setembro de 2019 pelo compromisso com a sustentabilidade ambiental e a neutralidade carbónica, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

3. Do despacho do Vereador Ricardo Costa, datado de 14 de outubro de 2019, que concordou com a aquisição de uma parcela de terreno com a

área de 530 m², sita na rua Belmiro de Oliveira, União das Freguesias de Selho S. Lourenço e Gominhães, propriedade de JOM Indústria, Lda., necessária à execução do reperfilamento da EM 582 – Rua Eng.º Duarte Amaral (Pencelo), rua João Paulo II (Fermentões) e Belmiro de Oliveira (União das Freguesias de Selho S. Lourenço e Gominhães), pelo valor de €13.479,39. -----

4. Do despacho do Vereador Ricardo Costa, datado de 20 de outubro de 2019, que, na sequência da hasta pública para venda de veículos abandonados na via pública, viaturas, equipamentos do Município, metais ferrosos e alumínio, adjudicou os bens para os quais foram apresentadas propostas, como a seguir se indica: dois veículos abandonados na via pública - €302,00 + IVA; cinco viaturas e dois equipamentos municipais - €2.058,00 (isento de IVA artigo 9.º do CIVA); metais ferrosos e alumínio - €187,00/tonelada IVA (IVA suportado pela adquirente). -----

5. Do ofício de Armando Magalhães, Carlos Silva & Associados, SROC, Lda., remetendo, para conhecimento, informação sobre a situação económico-financeira do período findo em 30 de junho de 2019, da VIMÁGUA – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, E.I.M., que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

6. Do ofício da VIMÁGUA remetendo, para conhecimento, o Relatório e Contas do primeiro semestre de 2019, aprovado em reunião do Conselho de Administração de 11 de outubro de 2019, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

7. Da seguinte informação dos serviços do Departamento de Obras Municipais: “1. Atenta a necessidade de executar a obra de: Reperfilamento da rua da Caldeiroa, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar, fundamentada em informação datada de 11 de outubro de 2019 da Divisão de Estudos e Projetos com despacho do



L.

mu

Sr. Presidente da Câmara de 11 de outubro de 2019. 2. Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder €595.936,39 + IVA, a satisfazer pela dotação 3.3.1.1.42 do Plano Plurianual de Investimentos. 3. Para cumprimento do nº7 do artigo 17º e nº3 do artigo 47º do CCP, fundamenta-se a fixação do valor estimado do contrato conforme informação prestada pelo projetista em outubro de 2019. 4. Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adoção de um concurso público, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do CCP. 5. A presente empreitada, sendo constituída por duas fases, é executada numa única rua. A separação em fases é unicamente por uma facilidade de escoamento de trânsito. Face ao disposto do n.º 2 do artigo 46.º-A do CCP e atendendo que apesar desta empreitada estar dividida em duas fases, existe uma ligação intrínseca entre elas, nomeadamente a nível de pavimentação em lajeado de granito. Embora esteja especificado o tipo de granito nas peças do procedimento, sendo uma pedra natural, esta varia de pedreira para pedreira, tanto em textura como coloração e quantidade dos seus constituintes. Caso houvesse um empreiteiro por cada fase da obra, e como a entidade adjudicante não pode exigir determinada pedreira, cada um poderia escolher a que entendesse responder melhor aos seus interesses, respeitando o tipo de granito preconizado nas peças do procedimento. Se tal acontecesse, o resultado final seria um pavimento diferente em cada uma das fases retirando todo um enquadramento que o projeto pretendia assegurar. Também a nível de especialidades, estas encontram-se numa relação de grande dependência, necessitando de coordenação permanente na sua execução; Considerando que a separação dos projetos das

especialidades poderá causar graves inconvenientes para a entidade adjudicante, bem como tornar excessivamente difícil alocar as responsabilidades individuais por incumprimento contratual e responsabilidades no âmbito de garantias de obra; Considerando que, os trabalhos terão que decorrer simultaneamente em todo espaço de intervenção, devido à interligação das várias infraestruturas, que o espaço disponível seria impraticável tanto para vários empreiteiros adjudicatários executarem os respetivos trabalhos, como para a montagem de estaleiros individuais para cada adjudicatário; Considerando que a existência de vários empreiteiros no espaço iria tornar o trânsito local e residencial, assim como o trânsito de passagem impraticável. Ante o exposto, e considerando o processo construtivo da obra objeto do presente procedimento, verifica-se que a possibilidade de faseamento dos trabalhos definidos no projeto de execução, por entre várias equipas de empreiteiros, comprometeria seriamente a execução do contrato, bem como a tornaria tecnicamente impraticável. Deste modo as prestações que abrangem o objeto do contrato são técnica e funcionalmente incindíveis pelo que de acordo com a alínea a) do n.º 2 do artigo 46.º-A do CCP não deverá ser efetuada a contratação por lotes. 6. Na presente empreitada, a realização de trabalhos de variadíssimas especialidades, cada uma com os seus métodos e especificidades, é tão grande que só com uma análise conjunta do preço e da valia técnica é que se poderá aferir da real vantagem económica de uma proposta. Entendeu-se, por isso, que o critério de adjudicação da melhor relação qualidade/preço, de acordo com o estipulado na alínea a) do n1 do artigo 74º do CCP, é o que melhor defende os interesses da entidade adjudicante para este contrato. Desta forma, dentro da valia técnica, os fatores de avaliação que melhor se coadunam com o objeto do presente concurso são: a Memória Descritiva do modo de execução da obra, o Plano de Trabalhos



L1.

apresentado, o Sistema de Controlo de qualidade, Sistema de Gestão de Segurança e Sistema de Acompanhamento Ambiental. Só uma avaliação destes fatores, conjuntamente com o preço, é que se poderá encontrar a melhor proposta no cumprimento das normas e princípios que norteiam a contratação pública. 7. De acordo com o n.º 1 do artigo 290.º-A do CCP, é designado a técnica Ana Filipa Delca Santos como gestora do contrato para o presente procedimento. 8. Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em €595.936,39 + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 240 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; 9. Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efetivos - a) Presidente: Luís Filipe Vieira Teixeira – Técnico da divisão de empreitadas; b) Vogal – Ana Margarida Tavares Pereira - Técnico Superior da divisão de empreitadas; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida - Chefe da divisão jurídica; Suplentes - a) Vogal: João Ricardo de Carvalho Pacheco - Técnico Superior da divisão de empreitadas; b) Vogal: Ana Teresa Oliveira - Técnica Superior da divisão de empreitadas.” -----

8. Da informação sobre a situação económica e financeira do Município de Guimarães reportada a 30 de junho de 2019, para ulterior conhecimento da Assembleia Municipal, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2019. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** A

Vereadora Paula Oliveira não participou na votação da ata por não ter estado presente na reunião. -----

OBRAS PÚBLICAS – CONSTRUÇÃO DA ESCOLA EB 2,3 DAS TAIPAS – CALDELAS – CONTA FINAL – RETIFICAÇÃO - Presente a seguinte proposta:

“Por deliberação de Câmara de 3 de outubro de 2019, foi aprovada a conta final e o auto final da obra em epígrafe, adjudicada ao consórcio Alberto Couto Alves, S.A. / M. Couto Alves, S.A., nos valores respetivamente, de €8.099.578,52 + IVA e de €40.108,52 + IVA. Detetado um lapso na indicação do valor da conta final, propõe-se a revogação daquela deliberação e aprovação da conta final, datada de 23 de outubro de 2019, bem como do auto final da obra em assunto, nos valores, respetivamente, de €8.099.579,42 + IVA e do auto final no valor de €40.108,52 + IVA.” A nova conta final dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** O Vereador António Monteiro de Castro não participou na discussão e na votação da proposta, por se considerar impedido em virtude de fazer parte da equipa técnica que elaborou o projeto. -----

OBRAS PÚBLICAS – PARQUE DE ESTACIONAMENTO DE CAMÕES – CONTA FINAL – Presente, para aprovação da Câmara Municipal, a conta final da empreitada designada por Parque de Estacionamento de Camões, adjudicada a “HCI – Construções, S.A.”, bem como o auto final, nos valores, respetivamente de €5.328.860,58 + IVA e de €228.310,00 + IVA, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** O Vereador António Monteiro de Castro não participou na discussão e na votação da proposta, por se considerar impedido em virtude de fazer parte da equipa técnica que elaborou o projeto. -----

OBRAS PÚBLICAS – REQUALIFICAÇÃO DA RUA D. JOÃO I - INFORMAÇÃO



11.

PARA INÍCIO DE PROCEDIMENTO – Presente a seguinte proposta: “1. Atenta a necessidade de executar a obra de: Requalificação da rua D. João I, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar, fundamentada em informação datada de 23 de setembro de 2019 da Divisão de Estudos e Projetos com despacho do Sr. Presidente da Câmara de 3 de outubro de 2019. 2. Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder €1.043.547,96 + IVA, a satisfazer pela dotação 3.3.1.1.43 do Plano Plurianual de Investimentos. 3. Para cumprimento do nº7 do artigo 17º e nº3 do artigo 47º do CCP, fundamenta-se a fixação do valor estimado do contrato conforme informação prestada pelo projetista em outubro de 2019. 4. Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adoção de um concurso público, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do CCP. 5. A presente empreitada, sendo constituída por duas fases, é executada numa única rua. A separação em fases é unicamente por uma facilidade de escoamento de trânsito. Face ao disposto do n.º 2 do artigo 46.º-A do CCP e atendendo que apesar desta empreitada estar dividida em duas fases, existe uma ligação intrínseca entre elas, nomeadamente a nível de pavimentação em lajeado de granito. Embora esteja especificado o tipo de granito nas peças do procedimento, sendo uma pedra natural, esta varia de pedreira para pedreira, tanto em textura como coloração e quantidade dos seus constituintes. Caso houvesse um empreiteiro por cada fase da obra, e como a entidade adjudicante não pode exigir determinada pedreira, cada um poderia escolher a que entendesse responder melhor aos seus interesses, respeitando o tipo de granito preconizado nas peças do procedimento. Se

tal acontecesse, o resultado final seria um pavimento diferente em cada uma das fases retirando todo um enquadramento que o projeto pretendia assegurar. Também a nível de especialidades, estas encontram-se numa relação de grande dependência, necessitando de coordenação permanente na sua execução; Considerando que a separação dos projetos das especialidades poderá causar graves inconvenientes para a entidade adjudicante, bem como tornar excessivamente difícil alocar as responsabilidades individuais por incumprimento contratual e responsabilidades no âmbito de garantias de obra; Considerando que, os trabalhos terão que decorrer simultaneamente em todo espaço de intervenção, devido à interligação das várias infraestruturas, que o espaço disponível seria impraticável tanto para vários empreiteiros adjudicatários executarem os respetivos trabalhos, como para a montagem de estaleiros individuais para cada adjudicatário; Considerando que a existência de vários empreiteiros no espaço iria tornar o trânsito local e residencial, assim como o trânsito de passagem impraticável. Ante o exposto, e considerando o processo construtivo da obra objeto do presente procedimento, verifica-se que a possibilidade de faseamento dos trabalhos definidos no projeto de execução, por entre várias equipas de empreiteiros, comprometeria seriamente a execução do contrato, bem como a tornaria tecnicamente impraticável. Deste modo as prestações que abrangem o objeto do contrato são técnica e funcionalmente incindíveis pelo que de acordo com a alínea a) do n.º 2 do artigo 46.º-A do CCP não deverá ser efetuada a contratação por lotes. 6. Na presente empreitada, a realização de trabalhos de variadíssimas especialidades, cada uma com os seus métodos e especificidades, é tão grande que só com uma análise conjunta do preço e da valia técnica é que se poderá aferir da real vantagem económica de uma proposta. Entendeu-se, por isso, que o critério de adjudicação da melhor relação



11.

mu

qualidade/preço, de acordo com o estipulado na alínea a) do n.º 1 do artigo 74º do CCP, é o que melhor defende os interesses da entidade adjudicante para este contrato. Desta forma, dentro da valia técnica, os fatores de avaliação que melhor se coadunam com o objeto do presente concurso são: a Memória Descritiva do modo de execução da obra, o Plano de Trabalhos apresentado, o Sistema de Controlo de qualidade, Sistema de Gestão de Segurança e Sistema de Acompanhamento Ambiental. Só uma avaliação destes fatores, conjuntamente com o preço, é que se poderá encontrar a melhor proposta no cumprimento das normas e princípios que norteiam a contratação pública. 7. De acordo com o n.º 1 do artigo 290.º-A do CCP, é designada a técnica Ana Filipa Delca Santos como gestora do contrato para o presente procedimento. 8. Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em €1.043.547,96 + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 300 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; 9. Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efetivos - a) Presidente: Ana Teresa Oliveira – Técnica da divisão de empreitadas; b) Vogal – João Ricardo de Carvalho Pacheco - Técnico Superior da divisão de empreitadas; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida - Chefe da divisão jurídica; Suplentes - a) Vogal: Ana Margarida Tavares Pereira - Técnica Superior da divisão de empreitadas; b) Vogal: Luís Filipe Vieira Teixeira - Técnico Superior da divisão de empreitadas.” O modelo de anúncio, caderno de encargos e programa de procedimento dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** O Vereador António Monteiro de Castro não participou na discussão e na votação da proposta, por se considerar impedido em virtude de fazer parte da equipa técnica que

elaborou o projeto. -----

OBRAS PÚBLICAS – REPERFILAMENTO DA RUA PADRE ANTÓNIO CALDAS -

INFORMAÇÃO PARA INÍCIO DE PROCEDIMENTO – Presente a seguinte proposta: “1. Atenta a necessidade de executar a obra de: Reperfilamento da Rua Padre António Caldas, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar, fundamentada em informação datada de 21 de outubro de 2019 da Divisão de Estudos e Projetos com despacho do Sr. Presidente da Câmara de 22 de outubro de 2019. 2. Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder €2.831.954,77 + IVA, a satisfazer pela dotação 2.3.3.1.1.94 a inscrever no Plano Plurianual de Investimentos de 2020. Para cumprimento do nº7 do artigo 17º e nº3 do artigo 47º do CCP, fundamenta-se a fixação do valor estimado do contrato conforme informação prestada pelo autor do projeto em outubro de 2019. 3. Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adoção de um concurso público, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do CCP. 4. Face ao disposto do n.º 2 do artigo 46.º-A do CCP e atendendo que os vários projetos das especialidades que constituem a empreitada se encontram numa relação de grande dependência, necessitando de coordenação permanente na sua execução; Considerando que a separação dos projetos das especialidades poderá causar graves inconvenientes para a entidade adjudicante, bem como tornar excessivamente difícil alocar as responsabilidades individuais por incumprimento contratual e responsabilidades no âmbito de garantias de obra; Considerando que, os trabalhos terão que decorrer simultaneamente em todo espaço de intervenção, devido à interligação das



L1.

mu

várias infraestruturas; que o espaço disponível seria impraticável tanto para vários empreiteiros adjudicatários executarem os respetivos trabalhos, como para a montagem de estaleiros individuais para cada adjudicatário; Considerando que a existência de vários empreiteiros no espaço iria tornar o trânsito local e residencial, assim como o trânsito de passagem impraticável. Ante o exposto, e considerando o processo construtivo da obra objeto do presente procedimento, verifica-se que a possibilidade de faseamento dos trabalhos definidos no projeto de execução, por entre várias equipas de empreiteiros, comprometeria seriamente a execução do contrato, bem como a tornaria tecnicamente impraticável. Deste modo as prestações que abrangem o objeto do contrato são técnica e funcionalmente incindíveis pelo que de acordo com a alínea a) do n.º 2 do artigo 46.º-A do CCP não deverá ser efetuada a contratação por lotes. 5. Na presente empreitada, a realização de trabalhos de variadíssimas especialidades, cada uma com os seus métodos e especificidades, é tão grande que só com uma análise conjunta do preço e da valia técnica é que se poderá aferir da real vantagem económica de uma proposta. Entendeu-se, por isso, que o critério de adjudicação da melhor relação qualidade/preço, de acordo com o estipulado na alínea a) do n1 do artigo 74º do CCP, é o que melhor defende os interesses da entidade adjudicante para este contrato. Desta forma, dentro da valia técnica, os fatores de avaliação que melhor se coadunam com o objeto do presente concurso são: a Memória Descritiva do modo de execução da obra, o Plano de Trabalhos apresentado, o Sistema de Controlo de qualidade, Sistema de Gestão de Segurança e Sistema de Acompanhamento Ambiental. Só uma avaliação destes fatores, conjuntamente com o preço, é que se poderá encontrar a melhor proposta no cumprimento das normas e princípios que norteiam a contratação pública. 6. De acordo com o n.º 1 do artigo 290.º-A do CCP, é

designado o técnico Gilberto Fortunato Costa Fernandes como gestor do contrato para o presente procedimento. 7. Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em €2.831.954,77 + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 365 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; 8. Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efetivos - a) Presidente: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chede da divisão de empreitadas; b) Vogal – Ana Margarida Tavares Pereira - Técnica Superior da divisão de empreitadas; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida - Chefe da divisão jurídica; Suplentes - a) Vogal: Ana Teresa Oliveira - Técnica Superior da divisão de empreitadas; b) Vogal: Luís Filipe Vieira Teixeira - Técnico Superior da divisão de empreitadas.” O modelo de anúncio, caderno de encargos e programa de procedimento dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

FREGUESIAS – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS PARA MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES - Presente, para aprovação pela Câmara Municipal e ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, a celebração dos contratos interadministrativos de delegação de competências nas Freguesias para manutenção dos espaços verdes do concelho, no período compreendido entre 1 de janeiro de 2020 e 31 de dezembro de 2020. A minuta do contrato interadministrativo de delegação de competência dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE MESÃO FRIO – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E SUBSÍDIO – ANO DE 2019 – Presente a seguinte



L.

[Handwritten signature]

proposta: "A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 3 de maio de 2019, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 11 de abril de 2019, que aprovou a celebração com a Freguesia de Mesão Frio, de: - Contrato de Delegação de Competências para execução das obras de "Requalificação parque estacionamento da EB1 Paço Vieira; Rua Serafim Gomes Oliveira; Nossa Senhora Fátima; rua e travessa Santo Antonino; Canteiro Largo da Igreja; e eletrificação Rua Santo Antonino, Trav. Maria Augusta Areias, Ruela da Rua Vitória e arruamento que liga a Rua Maria José Castro à Rua do Souto", com uma verba no valor de €13.500,00; - Contrato de Atribuição de Subsídio para execução das obras de "Requalificação Ringue EB1 Paço Vieira; Parque Merendas Urbanização Cruz D'Argola; e ponto de luz na Rua dos Encados", com uma verba de €13.503,68. No entanto, verificou-se ter havido uma troca na identificação da dominialidade das ruas acima identificadas, isto é, as ruas constantes do objeto do Contrato de Delegação de Competências não são municipais, pelo que não configuram uma delegação de competências, mas um Subsídio, e vice-versa. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário, para posterior aprovação pelo órgão deliberativo, a aprovação da alteração do mapa anexo às deliberações acima identificadas, no que respeita à Freguesia de Mesão Frio, bem como a revisão dos respetivos Contratos, nos seguintes termos: - Contrato de Delegação de Competências para execução das obras de "Requalificação Ringue EB1 Paço Vieira; Parque Merendas Urbanização Cruz D'Argola; e ponto de luz na Rua dos Encados", com uma verba de €13.503,68, nos termos do disposto na alínea m) do nº 1 do art.º 33º e da alínea k) do nº 1 do art.º 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. - Contrato de Atribuição de Subsídio para execução das obras de "Requalificação parque estacionamento da EB1 Paço Vieira; Rua Serafim Gomes Oliveira; Nossa Senhora Fátima; rua e travessa Santo Antonino;

Canteiro Largo da Igreja; e eletrificação Rua Santo Antonino, Trav. Maria Augusta Areias, Ruela da Rua Vitória e arruamento que liga a Rua Maria José Castro à Rua do Souto”, com uma verba no valor de €13.500,00, ao abrigo do disposto na alínea j) do nº 1 do art.º 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. As referidas verbas serão pagas mediante autos de medição a elaborar pelo Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE MESÃO FRIO – OBRAS DE REPERFILAMENTO NA RUA EX-COMBATENTES DO ULTRAMAR – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO -
Presente a seguinte proposta: “Pretende-se realizar trabalhos para a execução de **obras de reperfilamento na Rua Ex-Combatentes do Ultramar.** Para o efeito, a Junta de Freguesia apresentou orçamento no valor de **€13.871,67** ao qual acrescerá o valor do IVA à taxa legal em vigor. Nesta sequência, o Departamento de Obras Municipais informou que os preços estão dentro dos valores praticados pelo mercado. Assim, tendo em conta o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio à Freguesia de **Mesão Frio**, mediante a **atribuição de um subsídio no valor de €14.703,97** (catorze mil, setecentos e três euros e noventa e sete cêntimos), **já com IVA incluído**, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio a realizar.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE CANDOSO SÃO MARTINHO – ALTERAÇÃO DO



L1.

M

CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO - EXECUÇÃO DA OBRA DE ALARGAMENTO E BENEFICIAÇÃO DO CEMITÉRIO E REQUALIFICAÇÃO DA ZONA ENVOLVENTE – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 19 de junho de 2019, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 30 de maio de 2019, que aprovou a celebração de um Contrato de Atribuição de Subsídio com a Freguesia de Candoso São Martinho, para execução da obra de “alargamento e beneficiação do cemitério e requalificação da zona envolvente”, com uma verba no valor de €361.523,49, a ser paga em três prestações anuais, no valor de €120.507,83, cada uma, nos anos de 2019, 2020 e 2021. A Presidente da Junta de Freguesia informou que pretende dar início, com urgência, ao procedimento de concurso público, prevendo assim a conclusão da respetiva obra até ao final do ano de 2020, pelo que solicita a alteração do prazo do respetivo Contrato de Atribuição de Subsídio, e ainda o pagamento total da verba, durante o próximo ano. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a aprovação da primeira revisão do Contrato de Atribuição de Subsídio, celebrado em 22 de julho de 2019, nos termos da cláusula 10ª daquele Contrato, alterando-se o nº 2 da cláusula 2ª, nomeadamente: “O subsídio será transferido para a Freguesia, no ano de 2020, através de autos de medição elaborados pelos serviços do Município”, e ainda a cláusula 6ª, nomeadamente: “O presente contrato tem início na data da sua assinatura e termina em 31 de dezembro de 2020”.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE BARCO – CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO - ANO DE 2019 – PRIMEIRA REVISÃO – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 3

de maio de 2019, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 11 de abril de 2019, que aprovou a celebração de um Contrato de Atribuição de Subsídio com a **Freguesia de BARCO**, para execução do “Projeto reperfilamento rua da Escola e acesso à EB1 Barco e iluminação da sede da Brigada Verde”, com uma verba no valor de €12.200,60. O Presidente da Junta da Freguesia solicitou a alteração do objeto do contrato, de forma a constar em alternativa a colocação de um pré-fabricado sanitário no parque lazer de Barco. Assim, nos termos do artigo 10º do Contrato de Atribuição de Subsídio, celebrado em 5 de agosto de 2019, submete-se à consideração do executivo camarário, para posterior aprovação pelo órgão deliberativo, a aprovação de uma revisão àquele contrato, passando a cláusula 1ª a ter a seguinte redação: “O presente contrato tem por objeto a atribuição de um apoio à FREGUESIA para a colocação de um pré-fabricado sanitário no parque lazer de Barco.”

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE BARCO – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA AQUISIÇÃO DE TERRENOS DESTINADOS A PARQUE FLUVIAL DE BARCO –

Presente a seguinte proposta: “A Freguesia de Barco solicitou o apoio da Câmara Municipal para aquisição de terrenos destinados à criação de um parque fluvial. Os terrenos a adquirir, com a área total de 20.112m², situam-se na Rua Senhora dos Remédios, da freguesia de Barco, junto à margem do Rio Ave, e encontram-se descritos na Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóveis sob os n.ºs 513, 514, 515 e 516 e inscritos nas matrizes prediais rústicas sob os artigos 166º, 180º, 182º e 250º, respetivamente, cujo preço, foi fixado em €49.000,00, o que corresponde a um valor de €2,44/m². Os terrenos encontram-se classificados no PDM como Reserva Agrícola Nacional (RAN) e Reserva



Li.
m

Ecológica Nacional (REN). Em face dos valores pagos recentemente pelo Município por terrenos com aquelas características, verifica-se que o preço proposto está abaixo do valor médio e, como tal, tem enquadramento bastante favorável. Tendo em consideração o interesse público de que esta aquisição se reveste, já que a obra irá requalificar a zona ribeirinha junto do rio Ave, contribuindo para o salutar desenvolvimento da população, propõe-se à Câmara Municipal que aprove submeter à Assembleia Municipal a atribuição de um subsídio à Freguesia de Barco, no valor de €49.000,00, para compartilhar a aquisição dos terrenos identificados, que se destinam à criação do parque fluvial de Barco, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do art.º 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. A ser aprovada a presente proposta, deverá ser celebrado Contrato de Atribuição de Subsídio, dele devendo constar que a verba em apreço será paga no ato de celebração da respetiva escritura de compra e venda, fixando-se como prazo de vigência do contrato a data de 31 de dezembro de 2020.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BRITEIROS SANTO ESTÊVÃO E DONIM – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE NOVO CEMITÉRIO E REQUALIFICAÇÃO DA ZONA ENVOLVENTE – Presente a seguinte proposta: “A União de Freguesias de Briteiros Santo Estêvão e Donim solicitou apoio desta Câmara Municipal para as obras de construção do novo cemitério e requalificação da zona envolvente de Briteiros Santo Estêvão. Para o efeito, apresentaram orçamento, validado pelo Departamento de Obras Municipais, com o levantamento e quantificação dos trabalhos a executar no local em causa, estimando-se uma despesa no valor total de €157.379,22, já incluído o valor do IVA à taxa legal em vigor, de acordo com a quantificação em anexo. Assim, tendo em conta o

interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio à **União de Freguesias de Briteiros Santo Estêvão e Donim**, mediante a **atribuição de um subsídio no valor de €157.379,22 (cento e cinquenta e sete mil, trezentos e setenta e nove euros e vinte e dois cêntimos)**, já com iva incluído, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio a realizar.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE INFANTAS - PROJETO “CONSIGO: EQUIPAMENTOS ADAPTATIVOS E ACOMPANHAMENTO DE PROXIMIDADE”

- RETIFICAÇÃO DE DELIBERAÇÃO – Presente a seguinte proposta: “Considerando o carácter inovador e efetivo das respostas oferecidas pelo Projeto “Consigo”, que abrange as freguesias que integram a Comissão Social Interfreguesias (CSIF) Sudoeste da Montanha da Penha, e que proporciona respostas de intervenção social promotoras da autonomia e do bem-estar e facilitadoras da permanência de pessoas dependentes e com incapacidades no seu domicílio e no seu meio familiar e social., submeteu-se recentemente à aprovação da Câmara Municipal de 31 de janeiro de 2019 e, posteriormente, da Assembleia Municipal de 22 de fevereiro de 2019, a proposta de continuidade deste Projeto, através da transferência, a título de subsídio, do valor de €45.000,00 (quarenta e cinco mil euros), correspondente a um período de 12 meses (de 13 de março de 2019 a 12 de março de 2020), à Junta de Freguesia de Infantas, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº



11

75/2013, de 12 de Setembro. No entanto, por lapso, no pedido de emissão das respetivas declarações de cabimento e de compromisso, e porque a transferência da verba em apreço prevê uma repartição plurianual, não ficaram previstos €2.500,00 (dois mil e quinhentos euros) de despesas correntes, por forma a perfazer os €45.000,00 aprovados para a execução do Projeto "Consigo", pelo que submeto para aprovação a emissão da declaração de cabimento do valor em falta, para posterior retificação da mesma em Reunião de Câmara. À consideração superior." **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

URBANISMO – SEGUNDA ALTERAÇÃO PONTUAL DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO RERAE – APROVAÇÃO FINAL

– Presente a seguinte informação: "Serve a presente informação para finalizar o procedimento da 2ª alteração pontual do Plano Diretor Municipal no âmbito do procedimento RERAE e submeter à aprovação da Assembleia Municipal. Nos termos do artigo 12º, do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, que prevê a adequação e suspensão dos instrumentos de gestão territorial no âmbito do RERAE, o Município de Guimarães deliberou em 30/05/2019 dar início ao período de discussão pública inerente à 2ª alteração pontual do Plano Diretor Municipal no âmbito do procedimento do Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas (RERAE). A discussão pública decorreu entre os dias 10 e 30 de setembro de 2019, havendo duas participações registadas sobre as propostas de alteração do PDM, no âmbito do RERAE. As participações em causa não tiveram enquadramento nesta discussão, pois são solicitadas legalizações e ampliações de pavilhões industriais de duas empresas do concelho. Esta discussão pública, incidiu apenas na regularização de duas indústrias que submeteram os seus pedidos de regularização entre os anos 2015 e 2017,

de acordo com o Aviso nº 14002/19, de 9 de setembro (Filasa – Fiação de Armando da Silva Antunes, S.A. e Polopique – Comércio e Indústria de Confeções, S.A.). Assim, julga-se que estes pedidos não têm enquadramento neste âmbito, pois esta Discussão Pública não incidiu em propostas de regularizações de atividades industriais avulsas, mas sim ao abrigo de um regime de exceção que ocorreu dentro dos prazos acima mencionados. De acordo com o estipulado no nº 6, do artigo 89º, do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), com a redação atual dada pelo Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio, o Município de Guimarães deverá divulgar os resultados da Discussão Pública através da disponibilização do conteúdo de um Relatório de Ponderação, no seu sítio da internet (<https://www.cm-guimaraes.pt>). Síntese das Propostas de alteração ao PDM: No seguimento do disposto nas Conferências Decisórias, nos termos do artigo 11º, do Regime do RERA, nas quais foram ponderados os interesses previstos, propõem-se as seguintes alterações: 1) Carta de Ordenamento - São propostas 2 alterações à Carta de Ordenamento através do reajustamento das áreas afetadas aos estabelecimentos industriais, conforme delimitações em plantas anexas às respetivas conferências decisórias, as quais serão classificadas como solo urbano. -----

REQUERENTE	FREGUESIA	ÁREA (m²)	USO PROPOSTO (Carta de Ordenamento)
Filasa – Fiação de Armando da Silva Antunes, SA	Nespereira	8 100,00	Solo Urbano - Espaços de atividades económicas, Estrutura Ecológica Municipal, Nível III
Polopique – Comércio e Indústria de Confeções, SA	Moreira de Cónegos	27 287,35	Solo Urbano - Espaços de atividades económicas, Estrutura Ecológica Municipal, Nível III

2) Carta de Condicionantes - São propostas 2 alterações à Carta de Condicionantes, que consistem na redelimitação da respetiva servidão, na Reserva Agrícola Nacional e na Reserva Ecológica Nacional (ao abrigo do artigo 16º do RJREN), em conformidade com os pareceres da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN) e Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), constantes

11
for

nas respetivas Atas das Conferências Decisórias. As alterações da REN só são eficazes após a publicação em Diário da República, através de Aviso próprio a publicar por parte da CCDR-N. -----

REQUERENTE	FREGUESIA	ÁREA (m²)	Exclusões (Carta de Condicionantes)
Filasa – Fiação de Armando da Silva Antunes, S.A.	Nespereira	8 100,00	Reserva Agrícola Nacional
Polopique – Comércio e Indústria de Confeções, S.A.	Moreira de Cónegos	27 287,35	Reserva Agrícola Nacional
		785,45	Reserva Ecológica Nacional

Face ao exposto, e tendo em conta o nº2, do artigo 12º, do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro (RERAE) propõe-se a alteração do Plano Diretor Municipal - adequação ao RERAE, com base nos pressupostos da presente informação, bem como a sua aprovação por parte do executivo municipal, Reunião de Câmara, para posteriormente enviar à Assembleia Municipal para aprovação final. À consideração superior.” O Relatório de Ponderação de Discussão Pública dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

REGULAMENTOS – ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS, À TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS E À TABELA DE TAXAS E ENCARGOS NAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS – ANO DE 2020 - Presente uma informação da Chefe da Divisão Jurídica respeitante às alterações ao Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas Municipais, à Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais e à Tabela de Taxas e Encargos nas Operações Urbanísticas, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa, Paula Oliveira e Sofia Ferreira. Abstiveram-se os Vereadores António Monteiro de Castro, Bruno

Fernandes e Hugo Ribeiro. -----

REGULAMENTOS – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE ACESSO À ZONA INTRAMUROS DO CENTRO HISTÓRICO DE GUIMARÃES – Presente a

seguinte proposta: “O Regulamento de Acesso à Zona Intramuros do Centro Histórico de Guimarães foi aprovado por deliberação da Câmara Municipal, em sua reunião de 16 de fevereiro de 2012, e sancionado pela Assembleia Municipal, em sessão de 24 de fevereiro de 2012. Posteriormente, a Câmara Municipal, por deliberação de 12 de maio de 2015, e a Assembleia Municipal, em sessão de 17 de junho de 2016, aprovaram a alteração do “Regulamento de Acesso à Zona Intramuros do Centro Histórico de Guimarães”, visando a sua adequação à realidade conferida pelo sistema adotado no controlo de acesso ao Centro Histórico. Apesar dos pressupostos que conduziram à aprovação do **REGULAMENTO DE ACESSO À ZONA INTRAMUROS DO CENTRO HISTÓRICO DE GUIMARÃES** em 2012, designadamente de *“proteger e melhorar as condições de fruição e preservação do Centro Histórico intramuros, reduzindo o impacto negativo, estético e ambiental, da circulação automóvel e potenciando a mobilidade pedonal, designadamente dos visitantes, cujo número tem claramente vindo a aumentar, assegurando simultaneamente e com a devida ponderação as operações de carga e descarga, designadamente dos estabelecimentos de comércio, restauração e bebidas e serviços”*, terem sido alcançados, a disponibilização do Parque de Estacionamento de Camões cria uma oportunidade para o incremento das condições referidas, quer dos visitantes, quer dos moradores. Considerando que o Parque de Camões constitui um elemento preponderante na política de mobilidade do Município para a Cidade, através da deliberação do órgão executivo, em sua reunião realizada a 30 de maio de 2019, aprovada em sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 19 de junho de 2019, os residentes



11.

fm

do Centro Histórico intramuros e dos arruamentos Rua da Caldeiroa, Rua Padre Augusto Borges de Sá, Rua da Liberdade, Rua D. João I, Rua Dr. Bento Cardoso, Rua e Travessa de Camões, Largo Valentim Moreira de Sá, Largo do Toural, Rua de Santo António, ficaram isentos do pagamento das taxas associadas às assinaturas mensais naquele parque, no seu período noturno, das 20h00 às 08h00. Propõe-se agora, decorrente da disponibilização do Parque de Camões como estacionamento de apoio primordial ao centro da Cidade, designadamente do seu Centro Histórico classificado, a introdução de um conjunto de alterações ao regulamento de acesso à zona intramuros do centro histórico de Guimarães, em anexo, visando a redução da presença do automóvel no Centro Histórico intramuros. A Câmara Municipal de Guimarães deliberou, em sua reunião de 12 de setembro de 2019, dar início ao procedimento tendente à aprovação da alteração do presente Regulamento, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA). No decurso do prazo estabelecido para o efeito, nenhum interessado se apresentou no processo nem foram submetidos contributos para a elaboração do Regulamento, pelo que se propõe que seja dispensada a sua consulta pública, nos termos do que dispõe o art.º 101.º do CPA. Entende-se que, não tendo comparecido nenhum interessado que devesse ser ouvido em audiência dos interessados, e não justificando a natureza da matéria regulada neste Regulamento uma consulta pública, porque se trata apenas, como se disse, de adequar o Regulamento já existente à atual realidade, designadamente no que concerne ao horário do condicionamento do acesso ao Centro Histórico, atento o período do ano, a situação não tem enquadramento legal na obrigatoriedade prevista naquele art.º 101.º. Assim, no uso do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, nos termos do disposto na alínea k)

do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e tendo em vista o estabelecido na alínea a) do n.º 2 do art.º 23.º do mesmo diploma legal, submete-se à aprovação da Câmara Municipal a alteração ao **REGULAMENTO DE ACESSO À ZONA INTRAMUROS DO CENTRO HISTÓRICO DE GUIMARÃES**, constante do anexo I, para posterior aprovação pela Assembleia Municipal de Guimarães, nos termos das al.s k) e ee) do n.º 1 do art.º 33.º do referido Anexo I da Lei n.º 75/2013, e para os efeitos constantes da al. g) do n.º 1 do art.º 25.º do mesmo diploma legal, cujo teor integral, com a versão atualizada incluindo as alterações propostas, consta do anexo I.” O referido documento dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

REGULAMENTOS – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DOS PARQUES DE ESTACIONAMENTO MUNICIPAIS E À TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS – Presente a seguinte proposta: “O Regulamento dos Parques de Estacionamento Municipais foi aprovado originalmente por deliberação camarária de 24 de novembro de 2005 e ratificada pela Assembleia Municipal de 15 de dezembro de 2005. Decorrente de alteração do quadro legal, com o objetivo de acautelar a posição contratual do consumidor, utilizador dos parques e zonas de estacionamento, foram introduzidas alterações, pela deliberação de Câmara de 8 de junho de 2006, e da Assembleia Municipal tomada em sua sessão de 14 de julho de 2006. Atenta a experiência coletada na gestão dos parques de estacionamento municipais, em 2011 foi promovida a revisão e atualização do Regulamento dos Parques de Estacionamento Municipais por deliberação da Câmara Municipal, em sua reunião de 24 de novembro de 2011, sancionada pela Assembleia Municipal, em sessão de 16 de dezembro de 2011.



Posteriormente, visando a alteração das taxas associadas à exploração dos parques de estacionamento municipais, bem como à estrutura tarifária vigente, foi promovida a alteração da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais e ao Regulamento dos Parques de Estacionamento Municipais, por deliberação da Câmara Municipal, em sua reunião de 24 de novembro de 2011, sancionada pela Assembleia Municipal, em sessão de 16 de dezembro de 2011. Considerando que a disponibilização do Parque de Camões, com uma lotação de 429 lugares de estacionamento, constitui um elemento preponderante na política de mobilidade do Município para a Cidade, importa promover a revisão e atualização do Regulamento dos Parques de Estacionamento Municipais, bem como da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais. Através da deliberação do órgão executivo, em sua reunião realizada a 30 de maio de 2019, aprovada em sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 19 de junho de 2019, foi já consignada a isenção do pagamento das taxas associadas às assinaturas mensais naquele parque, no seu período noturno, das 20h00 às 08h00, aos residentes do Centro Histórico intramuros e dos arruamentos Rua da Caldeiroa, Rua Padre Augusto Borges de Sá, Rua da Liberdade, Rua D. João I, Rua Dr. Bento Cardoso, Rua e Travessa de Camões, Largo Valentim Moreira de Sá, Largo do Toural, Rua de Santo António, ficam isentos do pagamento das taxas associadas às assinaturas mensais naquele parque, no seu período noturno, das 20h00 às 08h00. Face ao exposto, propõe-se agora a introdução de um conjunto de alterações ao Regulamento dos Parques de Estacionamento Municipais e à Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais, em anexo, visando a rotatividade do estacionamento nos parques atuais, inibindo a preponderância da sua afetação a assinaturas mensais, com direta implicação no número de lugares disponíveis, e a revisão do tarifário em função da sua localização, apoio à atividade

desenvolvida na sua envolvente e procura expectável. A Câmara Municipal de Guimarães deliberou, em sua reunião de 12 de setembro de 2019, dar início ao procedimento tendente à aprovação da alteração do presente Regulamento, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA). No decurso do prazo estabelecido para o efeito, nenhum interessado se apresentou no processo nem foram submetidos contributos para a elaboração do Regulamento, pelo que se propõe que seja dispensada a sua consulta pública, nos termos do que dispõe o art.º 101.º do CPA. Entende-se que, não tendo comparecido nenhum interessado que devesse ser ouvido em audiência dos interessados, e não justificando a natureza da matéria regulada neste Regulamento uma consulta pública, porque se trata apenas, como se disse, de adequar o Regulamento já existente à atual realidade, a situação não tem enquadramento legal na obrigatoriedade prevista naquele art.º 101.º. Assim, no uso do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, nos termos do disposto na alínea k) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e tendo em vista o estabelecido na alínea a) do n.º 2 do art.º 23.º do mesmo diploma legal, submete-se à aprovação da Câmara Municipal a alteração ao **REGULAMENTO DOS PARQUES DE ESTACIONAMENTO MUNICIPAIS**, constante do anexo I, para posterior aprovação pela Assembleia Municipal de Guimarães, nos termos das al.s k) e ee) do n.º 1 do art.º 33.º do referido Anexo I da Lei n.º 75/2013, e para os efeitos constantes da al. g) do n.º 1 do art.º 25.º do mesmo diploma legal, cujo teor integral, com a versão atualizada incluindo as alterações propostas, consta do anexo II. Submete-se ainda a deliberação a alteração do artigo 28º da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais, relativo ao tarifário a aplicar aos parques de estacionamento municipais, constante do



anexo III, com entrada em vigor a 1 de janeiro de 2020, em consonância com a vigência da nova Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais.” O referido documento dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

REGULAMENTOS – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA, À TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS E NOVAS ZONAS A IMPLEMENTAR –

Presente a seguinte proposta: “O Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada foi aprovado por deliberação camarária de 24 de novembro de 2011 e sancionada pela Assembleia Municipal, em sessão de 16 de dezembro de 2011. Decorrente da evolução do quadro legal e do desenvolvimento da Cidade, designadamente dos constrangimentos decorrentes da requalificação urbanística dos espaços, entre os quais se salienta a introdução da ciclovias e a disponibilização do Parque de Estacionamento de Camões, bem como da evolução dos conceitos de mobilidade e da necessidade de adequar as condições de acessibilidade e equidade dos munícipes nas zonas com estacionamento de duração limitada, sem prejuízo da população residente nas mesmas, propõe-se a introdução de um conjunto de alterações ao Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada e à Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais, em anexo, visando o incremento da rotatividade do estacionamento à superfície e a dissuasão da sua prática no centro da Cidade. A Câmara Municipal de Guimarães deliberou, em sua reunião de 12 de setembro de 2019, dar início ao procedimento tendente à aprovação da alteração do presente Regulamento, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA). No decurso do prazo estabelecido para o efeito, nenhum interessado se apresentou no

processo nem foram submetidos contributos para a elaboração do Regulamento, pelo que se propõe que seja dispensada a sua consulta pública, nos termos do que dispõe o art.º 101.º do CPA. Entende-se que, não tendo comparecido nenhum interessado que devesse ser ouvido em audiência dos interessados, e não justificando a natureza da matéria regulada neste Regulamento uma consulta pública, porque se trata apenas, como se disse, de adequar o Regulamento já existente à atual realidade, a situação não tem enquadramento legal na obrigatoriedade prevista naquele art.º 101.º. Assim, no uso do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, nos termos do disposto na alínea k) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e tendo em vista o estabelecido na alínea a) do n.º 2 do art.º 23.º do mesmo diploma legal, submete-se à aprovação da Câmara Municipal a alteração ao **REGULAMENTO DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA**, constante do anexo I, para posterior aprovação pela Assembleia Municipal de Guimarães, nos termos das al.s k) e ee) do n.º 1 do art.º 33.º do referido Anexo I da Lei n.º 75/2013, e para os efeitos constantes da al. g) do n.º 1 do art.º 25.º do mesmo diploma legal, cujo teor integral, com a versão atualizada incluindo as alterações propostas, consta do anexo II. No âmbito das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada, submetem-se ainda a deliberação a:

1. alteração do artigo 29º da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais, relativo ao tarifário a aplicar nas Zonas de Estacionamento de Duração Limitada, constante do anexo III, com entrada em vigor a 1 de janeiro de 2020, em consonância com a vigência da nova Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais;
2. determinação da classificação das atuais Zonas de Estacionamento de Duração Limitada, de acordo com a procura associada: verde, vermelha ou cinzenta, inscrita no anexo IV;
3. criação de novas Zonas



11.

de Estacionamento de Duração Limitada, conforme proposta constante do anexo V." O referido documento dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**

Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa, Paula Oliveira e Sofia Ferreira. Abstiveram-se os Vereadores António Monteiro de Castro, Bruno Fernandes e Hugo Ribeiro. --

ENTIDADES PARTICIPADAS – ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO LABORATÓRIO DA PAISAGEM E APROVAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA –

Presente a seguinte proposta: "O Município de Guimarães, através de deliberação da Assembleia Municipal de 22 de junho de 2015, sob proposta da Câmara Municipal de 11 de junho de 2015, aprovou a constituição da associação sem fins lucrativos de direito privado, que adotou a denominação "Laboratório da Paisagem de Guimarães – Associação para a promoção do desenvolvimento sustentável", no âmbito das suas atribuições, designadamente as vertidas nas alíneas d) e e) do nº 2, do artigo 23º, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. Atribuições essas que se densificam na missão da associação *"de promover o conhecimento e a inovação, a investigação e a divulgação científica, como contributos para uma ação integrada e participada das políticas ambientais e do desenvolvimento sustentável, visando um elevado nível de consciencialização ambiental, um eficiente metabolismo das cidades, o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos, assim como a proteção dos recursos naturais"*. A referida deliberação de constituição da Associação foi, à data, precedida de um estudo técnico elaborado por uma entidade independente e especializada, que concluiu pela viabilidade e sustentabilidade económica e financeira da Associação, através da análise de dados relativos à existência efetiva de procura, identificação das

necessidades de investimento e de financiamento. Com efeito, decorrido tempo da sua constituição, apesar do seu ainda curto trajeto, o Laboratório da Paisagem concretizou já importantes parcerias que consolidam a sua missão enquanto instituição de Educação Ambiental e de Investigação e Desenvolvimento, revelando-se determinante enquanto aposta local para a definição de novas políticas ambientais. Finalizado que está o processo de avaliação, e apresentado o resultado da última candidatura Guimarães Capital Verde 2020, urge continuar a trabalhar para o desenvolvimento sustentável e incrementar projetos, medidas e ações, eixo que foi estabelecido, pelo Município de Guimarães, como prioridade nas políticas públicas municipais, com o claro objetivo de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. É estrutural para o progresso evolutivo dos trabalhos que integram o Plano de Desenvolvimento Sustentável para Guimarães, para uma nova candidatura a Capital Verde Europeia, o desenvolvimento de uma estratégia assente numa lógica integrada de sustentabilidade, criando novas dinâmicas, monitorizando os indicadores ambientais, medindo os impactos das medidas implementadas na saúde e bem-estar das pessoas. O Laboratório da Paisagem é já sobejamente reconhecido como um agente ativo no âmbito de ações integradas das melhores práticas internacionais em políticas do Desenvolvimento Sustentável, designadamente nas áreas da Educação e Sensibilização Ambiental, com o objetivo de alterar hábitos e comportamentos da sociedade para uma maior sustentabilidade; e da Investigação, Desenvolvimento e Inovação. A Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, aditou ao artigo 59.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a seguinte redação: *“o disposto no artigo 47.º aplica-se, com as devidas adaptações, às associações de direito privado em que as entidades públicas participantes exerçam uma influência dominante em razão da verificação dos requisitos constantes do n.º 1 do artigo 19.º”*, permitindo, assim, e



L1.

verificada a influência dominante, a celebração de contratos programa com estas entidades, o que até àquela alteração não era permitido por força do artigo 53.º, n.º 3, por remissão do artigo 56.º, n.º 3, daquele normativo citado. Nos termos do n.º 1 do art.º 19.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a influência dominante poderá ocorrer em razão da verificação do direito de designar ou destituir a maioria dos membros do órgão de gestão, de administração ou de fiscalização, ou qualquer outra forma de controlo de gestão. A confiança no modelo de gestão que tem vindo a ser desenvolvido pelo Laboratório da Paisagem, agregada à posição estratégica que esta instituição de referência tem vindo conquistar, designadamente através da aprovação de candidaturas que concorrem para o cumprimento de Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, motivam a Câmara Municipal de Guimarães propor a aprovação de uma alteração estatutária que confira a este Município o requisito de influência dominante no seio estatutário daquela Associação, com vista à aprovação de um contrato programa que densifique as orientações estratégicas do Município de Guimarães, no âmbito dos objetivos específicos do Laboratório da Paisagem de Guimarães – Associação para a promoção do desenvolvimento sustentável”, melhor descritos no artigo 2.º dos seus Estatutos. Assente nas razões anteriormente enunciadas, e considerando: a) a importância do Laboratório da Paisagem de Guimarães – Associação para a promoção do desenvolvimento sustentável, na implementação e desenvolvimento de projetos determinantes para a missão “Guimarães Mais do que Verde”, b) a necessidade do estabelecimento de uma relação contratual do Município de Guimarães com o Laboratório da Paisagem com a finalidade de desenvolver projetos que concorram para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030; c) a obrigatoriedade da verificação do requisito de influência dominante do Município de Guimarães no Laboratório da

paisagem, nos termos do artigo 19.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, prévia à celebração daquele instrumento contratual; Proponho: **1.** Que a Câmara Municipal aprove submeter à Assembleia Municipal, nos termos do art.º 53.º, por remissão do n.º 3 do art.º 56.º e do art.º 59.º, todos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação, proposta de alteração de Estatutos da associação sem fins lucrativos de direito privado, que adota a denominação “Laboratório da Paisagem de Guimarães – Associação para a promoção do desenvolvimento sustentável”, para ser submetida aos órgãos da Associação, conforme proposta de redação que se junta em anexo (**ANEXO 1**) e estudo de viabilidade e sustentabilidade económico-financeiro (**ANEXO 2**), conforme previsto no n.º 2 do art.º 53.º, da referida Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto; **2.** Simultaneamente, que a Câmara Municipal aprove a minuta do contrato-programa e seus anexos, que integra o referido Estudo, a celebrar entre o Município de Guimarães e a associação “Laboratório da Paisagem de Guimarães – Associação para a promoção do desenvolvimento sustentável”, nos termos previstos no artigos 47.º e 59.º, n.º 3 da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, bem como submeter tais documentos e seus anexos à apreciação e discussão da Assembleia Municipal de Guimarães, com vista à sua aprovação, nos termos do disposto no nº 5 do artigo 47º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. **3.** Nos termos da al. b) do n.º 1 do artigo 18.º e do n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, ripristinado pela Resolução n.º 86/2011, de 11 de abril, a Câmara Municipal autorize a despesa do contrato-programa, condicionada à obtenção da autorização prévia da Assembleia Municipal, para a assunção de compromissos no montante de €300.000,00.” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** A Vereadora Sofia



11.

M

Ferreira não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedida, em virtude de pertencer aos órgãos sociais da entidade. -----

ENTIDADES PARTICIPADAS – CONTRATOS A CELEBRAR COM A CASFIG, COORDENAÇÃO DE ÂMBITO SOCIAL E FINANCEIRO DAS HABITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES, EM, UNIPESSOAL LDA – 2020 – Presente a seguinte informação: “O Conselho de Gestão da CASFIG, em sua reunião de 11 de outubro de 2019, e a Assembleia Geral da CASFIG, em subsequente reunião de 14 de outubro de 2019, deliberaram aprovar os seus documentos previsionais, onde constam, entre outros, as minutas dos contratos a celebrar com o Município de Guimarães relativos ao ano de 2020. Tais contratos, previamente preparados com a Câmara Municipal, cujas minutas se anexam à presente informação, têm as seguintes finalidades e valores: - **CONTRATO-PROGRAMA** – determinar, concretizar e especificar os objetos imediatos e mediatos da delegação de poderes operada pela Câmara Municipal no artigo 5º dos Estatutos da CASFIG (artigos 47º e 50º da Lei nº 50/2012). O valor do subsídio à exploração é de **€65.000,00 (Anexo 1A)**; - **CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS (“in house”)** - realização de atividades de acompanhamento social na área da habitação (carências habitacionais), gestão dos processos do subsídio municipal ao arrendamento, mercado social de arrendamento e tratamento, manutenção e limpeza das áreas ajardinadas dos empreendimentos sociais municipais (art.º 36º da Lei nº 50/2012). O valor do contrato é de **€129.500,00 + IVA (23%) (Anexo 1B)**; - **CONTRATO-PROGRAMA SMA** – transferência para a CASFIG de uma verba destinada ao pagamento do Subsídio Municipal ao Arrendamento (SMA) às famílias beneficiárias (artigos 47º e 50º da Lei nº 50/2012). O valor da verba a transferir é de **€155.000,00 (Anexo 1C)**; Nos termos do nº 5 do art.º 47º da

Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, os contratos-programa são aprovados pelo órgão deliberativo, sob proposta do respectivo órgão executivo, não se aplicando tal disposição ao contrato de aquisição de serviços (nº 6 do referido art.º 47º). Assim, submete-se à consideração superior: 1 - A submissão dos contratos-programa à aprovação dos Órgãos Executivo e Deliberativo. 2 – A submissão do contrato de aquisição de serviços à aprovação do Órgão Executivo. Mais se informa que foram emitidas as declarações de cabimento, nos termos do número 3 do art.º 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho.” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR O CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS E SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL OS CONTRATOS-PROGRAMA. A Vereadora Paula Oliveira não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedida, em virtude de pertencer aos órgãos sociais da entidade. -----

ENTIDADES PARTICIPADAS – CONTRATO PROGRAMA COM A COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO FRATERNA - CENTRO COMUNITÁRIO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL, C.I.P.R.L. – 2020 - Presente a seguinte proposta: “**I. DO ENQUADRAMENTO PRÉVIO:** **1.** A Fraterna - Centro Comunitário de Solidariedade Social, C.I.P.R.L. (doravante **FRATERNA**), é uma Cooperativa de Interesse Público, constituída por iniciativa do Município de Guimarães (doravante **MUNICÍPIO**), aprovada em Assembleia Municipal de 21 de março de 1997, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 31/84, de 21 de Janeiro (adiante **DECRETO**). **2.** O **MUNICÍPIO DE GUIMARÃES** é seu cooperante, e exerce, sobre ela, uma influência dominante, entre outros indicadores, por ser detentor de 88,89% dos seus títulos de capital. **3.** O **MUNICÍPIO** transferiu para a **FRATERNA**, com a sua constituição, a missão de, ao nível da promoção do desenvolvimento social,



L1.

m

manter operacional um projeto de inclusão social, com unidades especializadas de apoio à família e uma estrutura capaz de combater a pobreza, o desemprego e outras realidades suscetíveis de provocar o desenraizamento social, assim como promover ações inclusivas com o objetivo de garantir a valorização de toda a vida humana, no Concelho de Guimarães. 4. A **FRATERNA**, em nome do **MUNICÍPIO**, tem vindo a desenvolver com reconhecido mérito e qualidade a prossecução dos objetivos que lhe são definidos. II. **DO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO:** 5. Com a entrada em vigor da Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, que procedeu à segunda alteração à Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (doravante, a **LAEL**), e por força da introdução do n.º 3 no seu artigo 58.º, o disposto nos capítulos III e VI passou a aplicar-se, com as devidas adaptações, às régies cooperativas, ou cooperativas de interesse público, em que as entidades públicas participantes possam exercer, de forma direta ou indireta, uma influência dominante em razão da verificação dos requisitos constantes do n.º 1 do artigo 19.º, ainda daquele diploma. 6. A atividade principal da **FRATERNA** está diretamente relacionada com o setor ligado à prestação de serviços na área da ação social. 7. Com a alteração introduzida pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, o legislador, por força da redação introduzida ao artigo 62.º, n.º 15, da **LAEL**, alargou às empresas locais que exercem, a título principal, as atividades de gestão de equipamentos e prestação de serviços na área da ação social, a inaplicabilidade do cumprimento dos rácios previstos no n.º 1 do artigo 62.º da **LAEL**. 8. Sem prejuízo, o contrato programa que ora se submete a aprovação, tem contidas todas as demais exigências legais, designadamente as que constam do artigo 47.º da **LAEL**. 9. Desta sorte, a **FRATERNA** mantém-se obrigada a manter um sistema de contabilidade analítica que permita uma destrição clara perante os apoios públicos

concedidos pelo desenvolvimento de políticas de preços sociais sobre a atividade que integra o seu objeto social (conforme decorre de obrigação legal – cfr. n.º 3 do artigo 47.º da LAEL). Mais considerando que: **10.** A atividade em causa é de interesse geral, nos termos da LAEL, e integra o âmbito das atribuições do Município, nos termos da alínea h) do já supra referido n.º 2 do artigo 23.º do **Regime Jurídico das Autarquias Locais**. **11.** A forma de gestão corporativa nesta área específica de atuação, face ao seu escopo não lucrativo, é de absoluta conveniência, por alheia às tensões entre quaisquer interesses privados lucrativos e a prossecução do interesse público, com a vantagem do Município conservar a sua veste de “ius imperium”, participação estrutural à existência desta Cooperativa enquanto Cooperativa de Interesse Público. **12.** A transferência de verbas do Município para aquela Cooperativa é fundamental para que esta possa continuar a desenvolver a sua atividade aos preços sociais pela venda dos serviços que presta aos seus utilizadores por imposição do Município e que se prende com as suas obrigações de serviço público. **13.** A LAEL estipula a celebração de contratos-programa que titulam as transferências de verbas dos Municípios para as Cooperativas de Interesse Público como contrapartida das obrigações assumidas, aqui, pela já adoção de preços sociais. **14.** A celebração do **CONTRATO** é, deste modo, condição legal indispensável ao desenvolvimento da atividade da prestação de serviços de interesse geral, nos termos do artigo 47.º da LAEL. **III – PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO DO CONTRATO-PROGRAMA PARA O ANO 2020, COM A COOPERATIVA FRATERNA - CENTRO COMUNITÁRIO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL, C.I.P.R.L. – 1.** Tenho a honra de propor, assente nas razões enunciadas, e nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 47º da LAEL, que a Câmara Municipal de Guimarães delibere aprovar a presente proposta, concretizada na celebração de um contrato-programa entre o Município de



11.

Guimarães e a Cooperativa de Interesse Público Fraterna - Centro Comunitário de Solidariedade Social, C.I.P.R.L. 2. Simultaneamente, aprovar a minuta do contrato-programa e seus anexos, a celebrar entre o Município de Guimarães e a Cooperativa de Interesse Público Fraterna - Centro Comunitário de Solidariedade Social, C.I.P.R.L. que, nos termos do n.º 1 e 2 do artigo 47.º da LAEL, titula a transferência da “Promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área da ação social”, a qual se junta e se dá por integralmente reproduzida, sem prejuízo dos ajustamentos de redação que venham a ser tidos por necessários em função do projeto aprovado, e que já mereceu parecer prévio favorável do Revisor Oficial de Contas, nos termos previstos na alínea c), do n.º 6 do artigo 25º do LAEL, bem como submeter tais documentos e seus anexos à apreciação e discussão da Assembleia Municipal de Guimarães, com vista à sua aprovação, nos termos do disposto no n.º 5 do Artigo 47º da LAEL. Consequentemente, porque contido naquele contrato-programa: 3. Aprovar que o produto proveniente da atividade da Fraterna - Centro Comunitário de Solidariedade Social, C.I.P.R.L, que inclui as taxas devidas pela utilização do auditório, constitui sua receita. 4. Nos termos da al. b) do n.º 1 do artigo 18.º e do n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, repristinado pela Resolução n.º 86/2011, de 11 de abril, autorizar a despesa do contrato-programa, de €485.000,00 (quatrocentos e oitenta e cinco mil euros), de acordo com a informação financeira anexa. 5. Por último, caso a presente proposta seja sancionada pelos competentes órgãos municipais, que fique desde já legitimado o Presidente da Câmara Municipal de Guimarães a outorgar o aludido contrato-programa. Anexam-se: **informação financeira**, a referida minuta, e os anexos que do contrato fazem parte integrante.” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzido e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

ENTIDADES PARTICIPADAS – CONTRATO PROGRAMA COM A TURIPENHA- COOPERATIVA DE TURISMO DE INTERESSE PÚBLICO CRL – 2020 - Presente

a seguinte proposta: “**I. ENQUADRAMENTO PRÉVIO:** **1.** A Turipenha-Cooperativa de Turismo de Interesse Público CRL (doravante **TURIPENHA**), é uma Cooperativa de Interesse Público, constituída no dia 31 de outubro de 1989, em que o Município de Guimarães (doravante **MUNICÍPIO**) se integra por deliberação aprovada em Assembleia Municipal de 22 de setembro de 1989, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 31/84, de 21 de janeiro (adiante **DECRETO**); **2.** Na motivação da criação da entidade **TURIPENHA**, esteve a aposta de promover a construção de um equipamento de mobilidade, o Teleférico, que efetuasse a ligação entre a cidade de Guimarães e a “Montanha da Penha”, junto ao Santuário, com vista a facilitar o seu acesso, dinamizar o turismo e captar a visita de peregrinos. **3.** No pretérito ano, o **MUNICÍPIO** anunciou a revisão do tarifário do Teleférico, concedendo aos utilizadores residentes em todo o Concelho de Guimarães, o benefício da sua utilização a preços sociais, densificando e renovando o conceito de “mobilidade”, por recurso a equipamentos existentes, valorizando-os. **4.** Verificou-se que os novos preços definidos, contribuíram, ultrapassando as expectativas, que as visitas à “Montanha da Penha” se passassem a realizar com menor recurso a transportes individuais. **5.** A racionalidade da medida implementada obrigou que a **TURIPENHA** desenvolvesse a sua atividade a preços sociais definidos para os utilizadores beneficiários daquela medida, devidamente compensados pelo **MUNICÍPIO** por via de indemnizações compensatórias, designadas por subsídios à exploração. **6.** A par da responsabilidade pelo equipamento do Teleférico, a **TURIPENHA** tem vindo a ser responsável pela gestão do Parque de Campismo da Penha, que é um



11.

dos mais importantes equipamentos municipais de alojamento e um dos mais conhecidos parques de montanha de Portugal. 7. Da leitura dos índices de eficácia determinados pelo contrato programa atualmente em vigor, resulta claro que, a Turipenha, pelo *Know-How* detido nesta área específica de alojamento natural, promoveu o aumento do número de entradas e de dormidas. Considerando que, 8. Os municípios dispõem de atribuições, nos termos das alíneas a) e e) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais, doravante **RJAL**, nos domínios que respeitam a equipamentos urbanos e património. 9. Pelas características singulares daquele equipamento, designadamente pela sua localização, a utilização do Teleférico em detrimento do uso de outros meios de mobilidade individuais, revelou-se um instrumento essencial para a política de mobilidade e ambiental do Concelho de Guimarães. 10. A Turipenha-Cooperativa de Turismo de Interesse Público CRL mantém no seu escopo social (de acordo com a alínea b) do artigo 3.º dos seus Estatutos) a responsabilidade de “[...] desenvolver outros equipamentos Turísticos que tenham interesse para a área do Município de Guimarães ou para a Região do Vale do Ave”. 11. Com a entrada em vigor da segunda alteração à Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (que introduziu um novo regime jurídico para a atividade empresarial local, doravante a **LAEL**), conferida pela redação do artigo 2.º da Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, a regulação entre os Municípios e as Cooperativas a que se refere o n.º 3 do artigo 58.º da LAEL, passou a ser regulada através da celebração de contratos programa, de acordo com o vertido no seu artigo 47.º via contrato programa. 12. Contratos esses que devem definir detalhadamente o fundamento da necessidade do estabelecimento da relação contratual, a finalidade desta, os montantes dos subsídios à exploração, assim como a eficácia e a eficiência que se pretende atingir com

a mesma, concretizando um conjunto de indicadores ou referenciais que permitam medir a realização dos objetivos setoriais. A acrescentar, **II. DA VIABILIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA DA COOPERATIVA:** **13.** A Turipenha-Cooperativa de Turismo de Interesse Público CRL não se encontra em nenhuma das situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 1 do artigo 62.º da LAEL, a cujo cumprimento se obriga por força do seu objeto social. **14.** A área relacionada com a prossecução de serviços públicos como a exploração do Teleférico e do desenvolvimento de um complexo turístico de alojamento, requer um *know-how* que a organização humana do Município não detém, em especial, equipas técnicas de reconhecido mérito e qualidade essenciais aos objetivos setoriais que se pretendem atingir. **15.** A atividade em causa é de interesse geral, nos termos da LAEL, e integra o âmbito das atribuições do Município, nos termos das alíneas a) e e) do já suprarreferido n.º 2 do artigo 23.º do RJAL, de reconhecida importância local. **16.** A transferência de subsídios à exploração pelo Município para a Cooperativa é fundamental para que esta possa praticar os preços que vão determinados no contrato que se pretende aprovar, e dos vertidos no Regulamento de Taxas Municipais. **III – PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA COM A TURIPENHA-COOPERATIVA DE TURISMO DE INTERESSE PÚBLICO CRL:** **1.** A LAEL estipula a celebração de contratos-programa para titular as transferências de verbas dos Municípios para as Cooperativas de Interesse Público como contrapartida das obrigações assumidas quanto à adoção de preços sociais: **2.** Assente nas razões anteriormente enunciadas, e nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 47º da LAEL, por remissão do n.º 2 do seu artigo 50.º, proponho que a Câmara Municipal de Guimarães delibere aprovar a presente proposta, concretizada na celebração de um contrato-programa entre o Município de Guimarães e a Turipenha-Cooperativa de Turismo de Interesse Público CRL. **3.**



11.
m

Simultaneamente, aprovar a minuta do contrato-programa e seus anexos, a celebrar entre o Município de Guimarães e a Turipenha-Cooperativa de Turismo de Interesse Público CRL que, nos termos da alínea a) n.º 1 do artigo 48.º da LAEL, titula a transferência da promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana, a qual se junta e se dá por integralmente reproduzida, sem prejuízo dos ajustamentos de redação que venham a ser tidos por necessários em função do projeto aprovado, e que já mereceu parecer prévio favorável do Revisor Oficial de Contas (que integra o Anexo III da minuta), nos termos previstos na alínea c), do nº 6 do artigo 25º do LAEL, bem como submeter tais documentos e seus anexos à apreciação e discussão da Assembleia Municipal de Guimarães, com vista à sua aprovação, nos termos do disposto no nº 5 do Artigo 47º da LAEL, por remissão do n.º 2 do seu artigo 50.º; Consequentemente, porque contido naquele contrato-programa: 4. Aprovar que o produto proveniente da sua atividade, que inclui as taxas devidas pela utilização do Parque de Campismo da Penha constitui receita da Turipenha-Cooperativa de Turismo de Interesse Público CRL; 5. Nos termos da al. b) do n.º 1 do artigo 18.º e do n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, ripristinado pela Resolução n.º 86/2011, de 11 de abril, autorizar a despesa do contrato-programa, condicionada à obtenção da autorização prévia da Assembleia Municipal, para a assunção de compromissos, no valor de €80.650,00. 6. Por último, caso a presente proposta seja sancionada pelos competentes órgãos municipais, que fique desde já legitimado o Presidente da Câmara Municipal de Guimarães a outorgar o aludido contrato-programa. Anexam-se: a referida minuta, e os quatro anexos que dele fazem parte integrante." Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO

DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. A Vereadora Sofia Ferreira não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedida, em virtude de pertencer aos órgãos sociais da entidade. -----

ENTIDADES PARTICIPADAS – CONTRATO-PROGRAMA COM A COOPERATIVA TEMPO LIVRE - 2020 – Presente a seguinte proposta: “I -

ENQUADRAMENTO: 1. A Tempo Livre Fiscal – Centro Comunitário de Desporto e Tempos Livres, CIPRL (doravante **TEMPO LIVRE**), é uma Cooperativa de Interesse Público, constituída no dia 22 de janeiro de 1999, por iniciativa do Município de Guimarães (doravante **MUNICÍPIO**), aprovada em Assembleia Municipal de 21 de março de 1997, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 31/84, de 21 de janeiro (adiante **DECRETO**); 2. O **MUNICÍPIO DE GUIMARÃES** é seu cooperante, e exerce, sobre ela, uma influência dominante, entre outros indicadores, por ser detentora da maioria dos seus títulos de capital; 3. Com a constituição da **TEMPO LIVRE**, de acordo com o seu objeto social, o **MUNICÍPIO** transferiu a sua responsabilidade sobre a gestão de equipamentos e prestação de serviços na área do desporto, serviços esses, de interesse geral, que a **TEMPO LIVRE** tem vindo a desenvolver; 4. O resultado de toda a atividade desenvolvida pela **TEMPO LIVRE**, quer através do fomento da atividade do desporto, quer através dos incentivos que imprime à prática do desporto e à promoção de alternativas saudáveis e enriquecedoras para a ocupação dos tempos livre da comunidade em geral, e jovens em particular, tem-se refletido na qualidade dos serviços prestados, nas mais variadas modalidades desportivas. 5. Com efeito, a **TEMPO LIVRE** tem desenvolvido todos os esforços possíveis para dotar os espaços sob a sua gestão de melhorias contínuas, permitindo a manutenção do acesso de todos os utentes àqueles equipamentos e infraestruturas coletivas, a preços sociais. II. **DO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO:** 6. Com a entrada em



d1

m

vigor da Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, que procedeu à segunda alteração à Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (doravante, a **LAEL**), e por força da introdução do n.º 3 no seu artigo 58.º, o disposto nos capítulos III e VI passou a aplicar-se, com as devidas adaptações, às régies cooperativas, ou cooperativas de interesse público, em que as entidades públicas participantes possam exercer, de forma direta ou indireta, uma influência dominante em razão da verificação dos requisitos constantes do n.º 1 do artigo 19.º, ainda daquele diploma. 7. A atividade principal da **TEMPO LIVRE** está diretamente relacionada com o setor ligado à prestação de serviços na área do desporto. 8. Com a alteração introduzida pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, o legislador, por força da redação introduzida ao artigo 62.º, n.º 15, da **LAEL**, alargou às empresas locais que exercem, a título principal, as atividades de gestão de equipamentos e prestação de serviços na área do desporto, a inaplicabilidade do cumprimento dos rácios previstos no n.º 1 do artigo 62.º da **LAEL**. 9. Sem prejuízo, a **TEMPO LIVRE** está obrigada a cumprir todas as demais exigências legais, designadamente as que constam do artigo 47.º da **LAEL**; Assim, considerando que: 10. Todas as atividades promovidas pela **TEMPO LIVRE** são atividades de interesse geral na área do desporto, nos termos da **LAEL**, e integram o âmbito das atribuições do **MUNICÍPIO**, nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais. 11. O contrato-programa, doravante o **CONTRATO**, nos termos da **LAEL**, deve definir detalhadamente o fundamento da necessidade do estabelecimento da relação contratual, a finalidade desta, os montantes dos subsídios à exploração, assim como a eficácia e a eficiência que se pretende atingir com a mesma, concretizando um conjunto de indicadores ou referenciais que permitam medir a realização dos objetivos setoriais. 12. A celebração daquele **CONTRATO** é condição legal indispensável ao

desenvolvimento da atividade da prestação de serviços de interesse geral, nos termos do artigo 47.º da LAEL. **III – PROPOSTA PARA APROVAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA COM A COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO TEMPO LIVRE FÍSICAL – CENTRO COMUNITÁRIO DE DESPORTO E TEMPOS LIVRES, CIPRL, PARA O ANO DE 2020:** 1. Assente nas razões enunciadas nos pontos anteriores, e nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 47º da LAEL, proponho que a Câmara Municipal de Guimarães delibere aprovar a presente proposta, concretizada na celebração de um contrato-programa entre o Município de Guimarães e a Cooperativa de Interesse Público Tempo Livre Físical – Centro Comunitário de Desporto e Tempos Livres, CIPRL. 2. Simultaneamente, aprovar a minuta do respetivo contrato-programa e seus anexos, a celebrar entre o Município de Guimarães e a Cooperativa de Interesse Público Tempo Livre Físical – Centro Comunitário de Desporto e Tempos Livres, CIPRL, que, nos termos do n.º 1 e 2 do artigo 47.º da LAEL, titula a transferência da “Promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área do desporto”, a qual se junta e se dá por integralmente reproduzida, sem prejuízo dos ajustamentos de redação que venham a ser tidos por necessários em função do projeto aprovado, e que já mereceu parecer prévio favorável do Revisor Oficial de Contas, nos termos previstos na alínea c), do nº 6 do artigo 25º do LAEL, bem como submeter tais documentos e anexos à apreciação e discussão da Assembleia Municipal de Guimarães, com vista à sua aprovação, nos termos do disposto no nº 5 do Artigo 47º da LAEL; Consequentemente, porque contido naquele contrato-programa: 3. Aprovar que o produto proveniente da sua atividade, que inclui as taxas devidas pela utilização dos respetivos serviços, constitui receita da Cooperativa de Interesse Público Tempo Livre Físical – Centro Comunitário de Desporto e Tempos Livres, CIPRL; 4. Nos termos da al. b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de



11.

[Handwritten signature]

junho, ripristinado pela Resolução n.º 86/2011, de 11 de abril, autorizar a despesa do contrato-programa, condicionada à obtenção da autorização prévia da Assembleia Municipal, para a assunção de compromissos plurianuais de acordo com a informação financeira anexa. 5. Por último, caso a presente proposta seja sancionada pelos competentes órgãos municipais, que fique desde já legitimado o Presidente da Câmara Municipal de Guimarães a outorgar o aludido contrato-programa. Anexam-se: **informação financeira**, a referida minuta e os anexos que dele fazem parte integrante." Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

ENTIDADES PARTICIPADAS – VIMÁGUA - EMPRESA DE ÁGUA E SANEAMENTO DE GUIMARÃES E VIZELA EIM, SA, – TARIFÁRIO 2020 - Propõe-se, para aprovação, o Tarifário da VIMÁGUA 2020, aprovado em reunião do Conselho de Administração e da Assembleia Geral da VIMÁGUA em reuniões, respetivamente, de 11 e 15 de outubro de 2019, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor a Vice-Presidente, Adelina Paula Pinto, e os Vereadores Ricardo Costa, Paula Oliveira e Sofia Ferreira. Votaram contra os Vereadores António Monteiro de Castro, Bruno Fernandes e Hugo Ribeiro. -----

O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido, uma vez que pertence aos órgãos sociais da entidade. A Vereadora Adelina Paula Pinto assumiu a presidência da reunião na discussão e votação da proposta. -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS – PEDIDO DE RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS CELEBRADO EM

19 DE FEVEREIRO DE 2015, COM A EMPRESA LIROF – FIOS TÊXTEIS, SA – Presente a seguinte proposta: “A empresa **Lirof – Fios Têxteis, SA**, representada por Lino Manuel Faria Barroso e Carlos António Faria Barroso, na qualidade de administradores, vem, no âmbito da candidatura aprovada por deliberação de Câmara a 12/06/2014 e subsequente aprovação do Projeto Económico de Interesse Municipal, cujo contrato foi celebrado em 19/02/2015, requerer a redução do investimento total do projeto de €1.600.000 para €819.000 e o aumento dos postos de trabalho de 20 para 21. Nos termos do art.º 14.º do Regulamento de Projetos Económicos de Interesse Municipal (RPEIM), é possível a renegociação dos contratos de concessão de benefícios tributários municipais. Ao abrigo do art.º 7º do RPEIM, os serviços municipais procederam à avaliação do pedido, considerando os novos pressupostos apresentados e concluíram que se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **58%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. O RPEIM prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se, assim, em conformidade com o disposto no n.º 5, do art.º 10º do RPEIM, que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal a renegociação do contrato PEIM apresentado pela empresa **Lirof – Fios Têxteis, SA**, nos termos da informação dos serviços da Divisão de Desenvolvimento Económico, em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta da adenda ao contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo (**doc. 2**).” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em



L

m

pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS – PEDIDO DE RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS CELEBRADO EM 25 DE JUNHO DE 2015 E POSTERIOR ADENDA DATADA DE 15 DE OUTUBRO DE 2018, COM A EMPRESA FORTUNATO O. FREDERICO & Cª, LDA – Presente a seguinte proposta: “A empresa **Fortunato O. Frederico & Cª, Lda.**, representada por Fortunato de Oliveira Frederico, na qualidade de gerente, vem, no âmbito da candidatura aprovada por deliberação de Câmara a 16/10/2014 e subsequente aprovação do Projeto Económico de Interesse Municipal, cujo contrato foi celebrado em 25/06/2015 e posterior adenda datada de 15/10/2018, requerer a redução do investimento total do projeto de 1.500.000€ para 570.000€ e a redução dos postos de trabalho de 40 para 14. Nos termos do art.º 14.º do Regulamento de Projetos Económicos de Interesse Municipal (RPEIM), é possível a renegociação dos contratos de concessão de benefícios tributários municipais. Ao abrigo do art.º 7º do RPEIM, os serviços municipais procederam à avaliação do pedido, considerando os novos pressupostos apresentados e concluíram que se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **42%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. O RPEIM prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se, assim, em conformidade com o disposto no nº 5, do art.º 10º do RPEIM, que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal a renegociação do contrato PEIM

apresentado pela empresa **Fortunato O. Frederico & Cª, Lda.**, nos termos da informação dos serviços da Divisão de Desenvolvimento Económico, em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta da adenda ao contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo (**doc. 2**).” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. --**

ATIVIDADES ECONÓMICAS – PEDIDO DE RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS CELEBRADO EM 17 DE OUTUBRO DE 2016 E POSTERIOR ADENDA DATADA DE 23 DE MAIO DE 2018 COM A EMPRESA ANTÓNIO LEITE PEREIRA, FILHOS & Cª LDA –

Presente a seguinte proposta: “A empresa **António Leite Pereira, Filhos & Cª Lda.**, representada por **António Leite Pereira**, na qualidade de gerente, vem, no âmbito da candidatura aprovada por deliberação de Câmara a 16/09/2016 e subsequente aprovação do Projeto Económico de Interesse Municipal, cujo contrato foi celebrado em 17/10/2016, requerer o encerramento do processo PEIM, á data da primeira proposta de renegociação (17/10/2018) e bem assim da redução do investimento de €996.200,65 para €715.251,16 e dos postos de trabalho de 2 para 1. Nos termos do art.º 14.º do Regulamento de Projetos Económicos de Interesse Municipal (RPEIM), é possível a renegociação dos contratos de concessão de benefícios tributários municipais. Ao abrigo do art.º 7º do RPEIM, os serviços municipais procederam à avaliação do pedido, considerando os novos pressupostos apresentados e concluíram que se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **46%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. O RPEIM prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das

21.
fu

taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se, assim, em conformidade com o disposto no nº 5, do art.º 10º do RPEIM, que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal a renegociação do contrato PEIM apresentado pela empresa **António Leite Pereira, Filhos & Cª Lda.**, nos termos da informação dos serviços da Divisão de Desenvolvimento Económico, em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta da adenda ao contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo (**doc. 2**).” Os referidos documentos-dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS – PEDIDO DE RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS CELEBRADO EM 21 DE SETEMBRO DE 2018 COM A EMPRESA TÊXTEIS J.F. ALMEIDA, SA – Presente a seguinte proposta: “A empresa **TÊXTEIS J.F. ALMEIDA, SA** representada por **JOAQUIM FERREIRA DE ALMEIDA**, na qualidade de gerente, vem, no âmbito da candidatura aprovada por deliberação de Câmara de 20 de setembro de 2018 e subsequente aprovação do Projeto Económico de Interesse Municipal, cujo contrato foi celebrado em 21/09/2018, requerer a renegociação do valor de investimento inicialmente fixa do em €2.928.650,54 para €1.491.369,00 e dos postos de trabalho de 46 para 44, mantendo-se, no entanto, o prazo de implementação inicialmente fixado (1ano). Nos termos do art.º 14.º do Regulamento de Projetos Económicos de Interesse Municipal (RPEIM), é possível a renegociação dos contratos de concessão de benefícios tributários municipais. Ao abrigo do art.º 7º do RPEIM, os serviços municipais

procederam à avaliação do pedido, considerando os novos pressupostos apresentados e concluíram que se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **95%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. O RPEIM prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se, assim, em conformidade com o disposto no nº 5, do art.º 10º do RPEIM, que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal a renegociação do contrato PEIM apresentado pela empresa **TÊXTEIS J.F. ALMEIDA, SA**, nos termos da informação dos serviços da Divisão de Desenvolvimento Económico, em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta da adenda ao contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo (**doc. 2**).” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

EDUCAÇÃO – DÍVIDAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES, PROLONGAMENTO DE HORÁRIO E COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA - Presente uma informação dos Serviços de Educação referindo que, no âmbito do processo de monitorização das dívidas relativas à prestação de serviços de fornecimento de refeições, prolongamento de horário e ou componente de apoio à família, os Agrupamentos de Escolas de Briteiros e Professor João de Meira, vêm solicitar à Autarquia apoio na resolução de algumas situações de incumprimento no pagamento daqueles serviços. De acordo com a informação remetida, verificou-se que se trata de



crianças inscritas no ensino para a itinerância e provenientes de agregados familiares em situação de vulnerabilidade económica e social. Perante o exposto, propõe-se, nos termos da alínea hh), do n.º 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e em observância do disposto no *Regulamento Geral de Proteção de Dados*, a anulação das dívidas respeitantes a 4 alunos, no valor de €218,44. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS AOS ALUNOS DO 1.º CEB PARA AQUISIÇÃO DE LIVROS DE FICHAS E/OU CADERNOS DE ATIVIDADES – ANO LETIVO 2019/2020 – RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 18 DE JULHO DE 2019 – Presente a seguinte informação: “Como é de conhecimento superior, por deliberação de Câmara de 18 de julho último, procedeu-se à atribuição de apoios aos alunos do 1.º CEB para aquisição de livros de fichas e/ou cadernos de atividades para o ano letivo 2019/2020, mediante transferência de verbas para os respetivos Agrupamentos de Escolas num total de €150.933,22. Dado que aquela transferência teve por base os valores atribuídos no ano letivo anterior, e o preço unitário dos livros de fichas e/ou cadernos de atividades sofreu alterações, verifica-se que, em face dos comprovativos de despesa apresentados até ao momento, há necessidade de proceder ao reforço de verba em alguns agrupamentos de escolas e lugar à devolução por outros, conforme discriminado na tabela em anexo. Assim, e em face do exposto, propõe-se que se proceda à retificação da deliberação de Câmara de 18 de julho último e seja dado despacho de autorização de cabimento e compromisso no valor €12.993,94. Rubrica: 2.1.2.6001. À consideração superior.” A referida tabela dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS NO ÂMBITO DA AÇÃO SOCIAL

ESCOLAR AOS ALUNOS DO 1.º CEB PARA A PARTICIPAÇÃO EM VISITAS DE ESTUDO – ANO LETIVO 2019/2020 – Presente a seguinte proposta: “Como é do conhecimento superior, nos termos do Despacho nº 7255/2018, de 31 de julho, que regula as condições de aplicação das medidas de ação social escolar, está prevista a comparticipação das visitas de estudo programadas no âmbito das atividades curriculares aos estudantes beneficiários do 1º e 2º escalões do abono de família, correspondentes aos escalões A e B da ação social escolar, respetivamente. No caso concreto dos alunos 1º ciclo do ensino básico a atribuição daquele apoio compete às autarquias locais, em respeito pelos limites máximos fixados naquele Despacho, designadamente €20/aluno/ano para o escalão A, e €10/aluno/ano para o escalão B. Assim, e considerando que este apoio vem consolidar o papel da ação social escolar como meio de combate às desigualdades sociais e garantir que as atividades programadas sejam acessíveis a todos os alunos, propõe-se, nos termos do artigo 15º-A do Despacho acima mencionado, a atribuição de um apoio no valor global de €19.890,00 aos alunos do 1º ciclo do ensino básico para a participação nas visitas de estudo a realizar no ano letivo 2019/2020. De modo a operacionalizar a concessão desse apoio propõe-se ainda a transferência daquele montante para os agrupamentos de escolas, conforme discriminado na tabela em anexo. Mais se informa que será solicitado a cada um dos agrupamentos de escolas o plano de visitas de estudo (cf. documento nº 1), sendo que no final do corrente ano letivo e em face dos comprovativos de despesa apresentados (cf. documento nº 2) se procederá aos respetivos acertos financeiros, que não poderão, em caso algum, ser superiores ao valor/ano/aluno determinado para cada um dos escalões. Em face do exposto, solicita-se despacho de autorização de cabimento e compromisso do montante de €19.890,00.” A referida tabela dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----**CULTURA – GRUPO CULTURAL E RECREATIVO “OS VINTE ARAUTOS DE D. AFONSO HENRIQUES” - COMEMORAÇÕES DO 1º DE DEZEMBRO –**

ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta: “O Grupo Cultural e Recreativo “Os Vinte Arautos de D. Afonso Henriques”, registado no RMECARH sob o nº 501371761, promoverá novamente no corrente ano as Comemorações do 1º de Dezembro, com a realização do habitual desfile percorrendo o Centro Histórico e terminando junto à Estátua de D. Afonso Henriques defronte do Paço dos Duques de Bragança. Assim, em reconhecimento da importância do evento no calendário cultural de Guimarães e ao abrigo do disposto no nº 6 do art.º 2º do Regulamento nº 606/2010, proponho a atribuição, ao Grupo Cultural e Recreativo “Os Vinte Arautos de D. Afonso Henriques”, de um subsídio de €1.750,00 destinado a comparticipar nos custos de organização das Comemorações do 1º de Dezembro 2019, com início no dia 30 de novembro, na respetiva sede social. Proponho igualmente que a Câmara Municipal dispense à organização os seguintes apoios logísticos: - montagem e operação de sistema de som, implicando a realização de trabalho extraordinário; - acompanhamento do cortejo por parte da Polícia Municipal.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DESPORTO – GTEAM GUIMARÃES FC - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE

AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “O GTEAM GUIMARÃES FC solicitou, a colaboração do município através da cedência de autocarro, para efetuar o transporte da equipa de Futsal no dia 20 de outubro, a Gafanha da Nazaré. Considerando que se trata de uma deslocação que visa a participação da equipa num jogo da Taça de Portugal de Futsal Feminino e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 16 de outubro de 2019, foi proposto

deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães, a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DIVERSOS – FARMÁCIAS - ESCALAS DE TURNOS DE SERVIÇO PERMANENTE PARA 2019 - PARECER DA CÂMARA MUNICIPAL - Presente uma comunicação da Administração Regional de Saúde do Norte – Sub-Região de Saúde de Braga enviando, para aprovação, os mapas do regime de turnos das Farmácias de serviço permanente proposto pela Associação Nacional de Farmácias, para vigorar no ano de 2020 no concelho de Guimarães, nos termos do nº 2, do art.º 3º da Portaria nº 277/2012, de 12 de setembro. Os referidos mapas dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DIVERSOS – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) – ANO DE 2019 – Presente a seguinte proposta: “Nos termos do disposto no nº 14 do art.º 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), aprovado pelo Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de novembro, a Câmara Municipal tem de comunicar à Direcção-Geral dos Impostos, até 31 de dezembro, a deliberação da Assembleia Municipal que fixou as novas taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis. Considerando as dificuldades que as famílias vão continuar a enfrentar em 2020, e pese embora o risco controlado para a sustentabilidade do orçamento municipal associado a esta medida, proponho, nos termos do art.º 112º do CIMI: Que seja fixada a seguinte taxa para liquidação daquele imposto: Prédios urbanos = 0,35 %. Esta proposta representa uma redução de 22% face ao máximo permitido por lei (0,45%), ficando as taxas propostas próximas do limite inferior (0,30%). Aplicar as seguintes majoração e minoração à taxa agora proposta, da seguinte forma:

- Majoração em 30% da taxa a aplicar a prédios urbanos degradados,



L.V.

fu

considerando-se como tais os edifícios que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a respetiva função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens (nº 8 do art.º 112º). - Redução da taxa a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela, (artº112ºA): -----

NÚMERO DE DEPENDENTES A CARGO	DEDUÇÃO FIXA (EM €)
2	40
3 ou mais	70

DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa, Paula Oliveira e Sofia Ferreira. Votaram contra os Vereadores António Monteiro de Castro, Bruno Fernandes e Hugo Ribeiro, que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “O Imposto Municipal sobre Imóveis é um dos impostos municipais mais importantes para o orçamento municipal, significando 16% do total das receitas arrecadadas. Mas este imposto é, também, muito importante para as populações em geral e em particular para as famílias Vimaranenses, pois assume um peso importante nos seus orçamentos familiares. Relativamente a este imposto, o PSD e o PSD/CDS, em inúmeras intervenções, sempre defenderam que ele devia ser reduzido, no sentido de aliviar a carga fiscal das famílias Vimaranenses, uma vez que se tem assistido a um aumento regular e consecutivo da receita deste imposto ao longo dos anos e atendendo também à circunstância, não menos importante, daquilo que é praticado nos concelhos nossos vizinhos, nomeadamente os concelhos que fazem parte do “Quadrilátero Urbano” que tem optado por políticas que desoneram este imposto aos seus

concidadãos. Após vários anos de insistência dos vereadores PSD/CDS para a descida deste imposto o executivo socialista lá acedeu, em nossa opinião devido à pressão que fomos impingindo, em baixar a taxa de IMI, de 0,375 % para 0,35% do valor patrimonial tributário, no ano antecedente às Eleições Autárquicas de 2017. Nas Eleições Autárquicas de 2017, no âmbito dos “Compromissos com as Pessoas” apresentados pelo candidato a Presidente de Câmara da coligação Juntos por Guimarães propunha-se, concretamente, a redução em 10% deste Imposto Municipal sobre Imóveis. Hoje, já fora do âmbito eleitoral, voltamos a defender o mesmo, ou seja, a redução em 10% da taxa, passando a taxa dos atuais 0,35% para os 0,315%. Redução esta que colocaria as receitas de IMI ao nível daquelas que eram cobradas em 2013, aliás, como sempre defendemos. Entendemos que esta nossa pretensão é razoável e não põe em causa o equilíbrio orçamental uma vez que se analisarmos o aumento progressivo dos impostos municipais (IMI, IMT, DERRAMA, IUC e IRS) desde 2013, podemos constatar que teve um aumento na ordem dos 9.500.000€, logo, pensamos ser justo, sensato, e financeiramente comportável baixar o IMI às famílias Vimaranenses. A proposta que nos apresenta o executivo socialista é a sua, não correspondente com aquela que vêm defendendo, de há anos a esta parte, os vereadores PSD/CDS. Por essa razão, em coerência com a circunstância de terem para este imposto municipal uma visão diferente, os vereadores PSD/CDS votam contra.” -----

DIVERSOS - DERRAMA SOBRE A COLETA DE 2019 (A COBRAR EM 2020) –

Presente a seguinte proposta: “Nos termos do disposto no nº 1 e 12 do art. 18º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, proponho que a Câmara Municipal aprove e submeta à aprovação da Assembleia Municipal o lançamento de uma derrama para o ano de 2019 a cobrar em 2020 para financiar investimentos, nomeadamente, na regeneração económica do



h.

fr

concelho: a) – De 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre os rendimentos de pessoas coletivas (IRC), dos sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior superior a €150.000; b) – De 1 % sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre os rendimentos de pessoas coletivas (IRC), dos sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse €150.000.”

DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa, Paula Oliveira e Sofia Ferreira. Votaram contra os Vereadores António Monteiro de Castro, Bruno Fernandes e Hugo Ribeiro, que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores PSD-CDS propõem, já desde do mandato iniciado em outubro de 2013, a aplicação de uma Derrama transversal de 1,20% para todas as empresas, independentemente do seu volume de negócios, por ser mais competitiva face ao que é praticado nos municípios vizinhos, porque, em nossa opinião, a taxa aplicável à Derrama deve atender, essencialmente, ao conceito de competitividade entre municípios vizinhos, pois aquilo que nos preocupa é a perda de competitividade do concelho de Guimarães face a outros municípios, por aplicação de uma Derrama superior a estes concelhos que apresentam uma estrutura empresarial e industrial em tudo idêntica à de Guimarães, transformando Guimarães num município fiscalmente menos atraente, em suma, esta circunstância da competitividade fiscal se for comparada com territórios de proximidade geográfica e com municípios de configuração socioeconómica idêntica à nossa, deve ser o principal fator que devemos ponderar na aplicação destas taxas. Para o próximo exercício, propõe-nos a Câmara a manutenção da taxa da Derrama máxima para as empresas cujo volume de negócios ultrapasse os €150.000,00 isto é, 1,5%, e uma taxa reduzida de 1% para as

empresas cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse esses mesmos €150.000,00, ou seja, o que nos apresenta é a manutenção das taxas de Derrama aplicáveis no ano anterior. Ao manter as taxas aplicadas no ano e mandato anteriores demonstra a Câmara abdicar de utilizar este imposto municipal com uma dimensão política e de competitividade territorial. A taxa de Derrama que propomos é uma taxa média face às duas propostas a praticar pelo atual executivo socialista, pelo que não se trata aqui de propor uma descida deste imposto municipal, mas sim de o aplicar com uma filosofia totalmente diferente. No nosso entendimento, a medida de aplicação de uma taxa mais reduzida de 1% às empresas cujo volume de negócio não ultrapasse €150.000,00 é uma medida de reduzido nexo, na perspetiva que sempre defendemos da promoção do emprego, uma vez que as empresas de maior volume de negócios são necessariamente aquelas mais capazes de ajudar no objetivo coletivo de promoção do emprego. Ao se penalizar as empresas que têm maior potencialidade de criação de emprego, está-se a dar um sinal em sentido completamente contrário àquilo que necessita a nossa sociedade ao nível da intervenção dos seus representantes políticos. Pelos motivos expostos, os vereadores PSD-CDS votam contra.” -----

DIVERSOS – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS) – ANO DE 2020 – Presente a seguinte proposta: “Considerando o disposto no nº 1 do artigo 26º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, proponho que seja fixada a taxa de 5% como participação do Município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial.” **DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa, Paula Oliveira e Sofia Ferreira. Votaram contra os



11.

ju

Vereadores António Monteiro de Castro, Bruno Fernandes e Hugo Ribeiro, que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “No que respeita à participação variável em sede de IRS (flexibilidade concedida às Câmaras de definirem a taxa até 5%), a lei, ao atribuir às Câmaras Municipais a possibilidade de definirem a taxa até 5%, isto é, ao lhes conferir a possibilidade de fazerem os seus concidadãos pagar até menos 5% de IRS do que os habitantes de outros concelhos, concebeu e concedeu um instrumento de política fiscal para poder ser utilizado pelos governantes municipais para atração de população ou para evitar a sua fuga, e ainda, de estímulo ao aumento do poder de compra no território concelhio. Naturalmente que uma redução desta taxa implica a consequente e proporcional perda de receitas do município, pelo que a opção que há a fazer é até extremamente simples. Os dados demográficos recentes demonstraram o concelho de Guimarães tem vindo a perder população, em contraciclo com os seus vizinhos mais próximos que aumentaram em população e de um modo substancial. Naquela que sempre foi a opinião manifestada pela coligação Juntos por Guimarães e pelos partidos que a compõem, o objetivo da fixação de residentes e de atração de quadros e pessoal qualificado em geral, é um objetivo que deve ser elevado à categoria de prioritário. Guimarães deve criar condições de atratividade suplementares por forma a incentivar a fixação de quadros no nosso concelho. É o que tem sido à exaustão nas candidaturas assumidas pelos partidos subscritores, com propostas e iniciativas concretas. Por outro lado, consideramos que a determinação de políticas fiscais de incentivo a um aumento de poder de compra dos nossos concidadãos é uma obrigação dos governantes municipais, particularmente num concelho como o de Guimarães onde o poder de compra é dos mais reduzidos. Para estes objetivos, entendemos ser decisiva uma discriminação positiva concedida

aos cidadãos Vimaranenses em sede de IRS, como medida de estímulo à fixação de quadros, de incentivo ao aumento populacional, de fomento à migração e consequente instalação de novas famílias no nosso concelho, bem como de estímulo ao aumento do poder de compra. Razão pela qual, os vereadores do PSD-CDS votam contra esta proposta.” -----

DOCUMENTOS PREVISIONAIS - GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2020 - PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS - PLANO DE ATIVIDADES - ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES PARA O ANO DE 2020. REGULAMENTO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – MAPA DE PESSOAL 2020 - ORÇAMENTOS DAS ENTIDADES PARTICIPADAS –

Presente, em anexo, a proposta respeitante ao Plano Plurianual de Investimentos, Plano de Atividades e Orçamento da Câmara Municipal de Guimarães para o ano de 2020, Regulamento de Execução Orçamental, Mapa de Pessoal 2020 e Orçamentos das Entidades Participadas, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa, Paula Oliveira e Sofia Ferreira. Abstiveram-se os Vereadores António Monteiro de Castro, Bruno Fernandes e Hugo Ribeiro. -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

PELAS DOZE HORAS E QUINZE MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----

Luís Bragança

Francisco Xavier